



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 009/2022
(Processo Administrativo nº 262/2022)

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento público visando o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DA SAÚDE**, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

1.1 LOCAL: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

1.2 DATA: 22 de novembro de 2022.

1.3 HORÁRIO: 9 horas.

1.4 Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria 054/2022.

1.5. Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

2. EMBASAMENTO LEGAL, JUSTIFICATIVA e FORMALIZAÇÃO DO PREÇO

2.1. O presente credenciamento será regido pela Lei Municipal nº 2672/2022, pela Constituição Federal em especial aos seus artigos 196 a 200, Lei 8.080/90, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 15.608/2007, Portaria MS/GM nº 161/2010, Portaria 1034/2010 do SUS, Portaria MS/GM nº 3.390/2013, Portaria GM/MS nº 1.606/2001, Resolução SESA nº 1.104/2021, Deliberação CIR nº 39/2022, Lei Municipal nº 2366/2019, Lei Orgânica Municipal e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive, as normas e portarias editadas pela Secretaria de Estado da Saúde, e mediante as condições a seguir estabelecidas:

2.2. JUSTIFICATIVA:

a) Resolução SESA nº 1104/2021, que “Institui o Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos eletivos para atendimento dos usuários do Sistema único de Saúde – SUS no Estado do Paraná”; A referida resolução tem como objetivos:



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

I – Possibilitar o atendimento com equidade, integralidade, universalidade e transparência de todo o processo, com foco nas especialidades identificadas como prioritárias nas regiões e/ou macrorregiões de saúde;

II – Otimizar recursos financeiros disponíveis, com complementação de recursos próprios quando necessário, utilizando critérios de escala para a realização dos procedimentos, visando qualidade e segurança assistencial, bem como fortalecimento das regiões de saúde;

b) Resolução SESA¹ nº 1127/2021 que estabelece normativas e recursos financeiros para execução da 1ª Fase do Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos;

c) Que o Edital de Chamamento Público nº 31/2022 do Governo do Estado do Paraná para credenciamento e possível contratação de estabelecimentos de saúde, pessoas jurídicas, devidamente constituídas e instaladas no Estado do Paraná, objetivando a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, não obteve prestadores com oferta suficiente na Macrorregião Oeste;

d) As discussões realizadas no âmbito da 8ª Regional de Saúde, referentes às necessidades assistenciais identificadas para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos;

e) Processos de regionalização, Planejamento Regional Integrado, elaborado de forma ascendente, a organização de macrorregiões de saúde, dispostos nas Resoluções CIT² 23, de 17 de agosto de 2017 e nº 37 de 22 de março de 2018;

f) Resolução CIT² nº 44, de 25 de abril de 2019, que define que o acordo entre os entes federados, disposto no inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.508/2011, é resultado do Planejamento Regional Integrado.

g) Deliberação CIR³ nº 39 de 24 de junho de 2022 que aprova a repactuação dos recursos do Opera Paraná no âmbito da 8ª Regional de Saúde;

h) Nota técnica jurídica nº 004/2022 do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná - COSEMS-PR que orienta quanto a utilização dos recursos repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, oriundos da Resolução SESA¹ nº 1104/2021;

i) Que o município de Dois Vizinhos é gestor do teto MAC⁴, enquadrando-se no cenário II, da Nota técnica nº 004/2022, sendo que Dois Vizinhos irá receber em seu próprio Fundo Municipal de Saúde recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde de outros municípios os valores correspondentes aos recursos do Programa OPERA-PR, conforme pactuação – Resolução SESA nº 1127/2021.

¹ SESA: Secretaria de Saúde;

² CIT: Comissão Intergestores Tripartite;

³ CIR: Comissão Intergestores Regional

⁴ MAC: Média e Alta Complexidade



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

j) Que o artigo 4º da Lei Municipal nº 2672/2022, estabelece autoriza o município de Dois Vizinhos a firmar contrato administrativo através de procedimento licitatório/chamamento público com prestador de serviço em seu território que tenha capacidade para realizar os procedimentos cirúrgicos eletivos.

k) Diante do exposto há a necessidade do município contratualizar com prestador para a realização dos procedimentos cirúrgicos aos municípios de acordo com a pactuação estabelecida.

2.3. DO PREÇO: Quanto a justificativa do preço a ser contratado, a remuneração pela prestação de serviço de saúde, tem como base os valores da Tabela de Procedimentos, Medicamento e OPM⁵ do Sistema Único de Saúde – Tabela SUS, podendo ser consultada eletronicamente através do link: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>, acrescida dos percentuais de acréscimo previstos no Art. 4º da Resolução SESA nº 1.127/2021, e acrescida de valores complementares baseado em contratos de outros entes públicos e Associação Regional de Saúde do Sudoeste, deliberada na comissão Intergestores Regional – 8ª Região de Saúde.

2.4. A título de exemplo, conforme previsto na deliberação dos gestores, o valor total do procedimento que será pago para o prestador é o mesmo do edital da ARSS, assim o contratado vai fazer o procedimento e o município de Dois vizinhos vai pagar o valor da SGITAP acrescido de 150% (cento e cinquenta por cento) conforme estabelece o programa Opera Paraná, se o valor do procedimento no Edital de Chamamento Público da ARSS for maior que o valor suportado pelo programa, a diferença será custeada pelo município de origem do paciente e o pagamento será realizado diretamente a ARSS por meio de boletos gerados pela Associação.

Como exemplo:

Código Sigtap.	Descrição do procedimento	Valor SIGTAP	Opera Paraná (150%)	Edital ARSS	Diferença de valor
04.08.06.001-8	Alongamento / encurtamento miotendinoso	R\$ 253,93	R\$ 634,90	R\$ 1.450,00	R\$ 815,10

3. DO OBJETO

3.1. O presente Chamamento Público tem por OBJETO o **CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS AMBULATORIAIS E/OU HOSPITALARES DE MÉDIA COMPLEXIDADE DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS E NOS DEMAIS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A 8ª REGIONAL DE SAÚDE DE ACORDO COM PACTUAÇÕES**, de acordo com o edital.

⁵ OPM - Órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

4. DO VALOR

4.1. O valor estimado para esta Chamada Pública é de até R\$ 1.402.771,38 (um milhão, quatrocentos e dois mil, setecentos e setenta e um reais, trinta e oito centavos).

4.2. O valor estimado não implica em nenhuma previsão de crédito em favor dos Contratados, que só farão jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

5. DO ACESSO

5.1. O acesso ao credenciamento é livre para todos os estabelecimentos, pessoas jurídicas, prestadoras dos serviços na área de saúde, conforme o objeto deste Edital, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de abertura do edital de Chamamento/Credenciamento Público n.º 009/2022.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. As interessadas deverão se inscrever no processo de Chamamento/Credenciamento Público n.º 009/2022, apresentando os documentos elencados no **item 09** do presente chamamento, podendo se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município.

6.2. Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital, sendo que a abertura dos envelopes dar-se-á a partir do dia **22 de novembro de 2022, as 9 horas**.

6.3. Os interessados poderão solicitar o credenciamento a qualquer momento, sendo a contratação de acordo com a necessidade dos serviços.

6.4. Os interessados deverão entregar os Envelopes na sede da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos – ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, sito a Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro do Município.

6.5. A abertura dos envelopes dar-se-á no local acima mencionado, obedecendo a ordem de entrega dos mesmos.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1. Serão observadas para credenciamento dos prestadores de serviços:

7.1.1 Ser Estabelecimento de Saúde devidamente registrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES em compatibilidade com o tipo de serviço ofertado e a especialidade a ser atendida, nos termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e do Decreto nº 7.508, de 28 de junho 2011 e das referências estabelecidas pelo Pacto da Saúde através da Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

e da Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010 que organiza as Redes de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

7.1.2 Possuir todos os equipamentos, insumos, medicamentos, equipe multiprofissional, especialidades médicas presenciais, apoio diagnóstico e terapêutico necessário, bem como observar-se-á a necessidade de habilitação ministerial para a execução de procedimentos de acordo com especialidade cirúrgica a ser realizada;

7.1.3 Ser referência para atendimento mínimo de uma microrregião de saúde, nos termos do artigo 2º e 3º da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 que em resumo trata dos direitos e deveres dos usuários da saúde pública;

7.1.4 Ofertar, atendimento com equidade, integralidade, universalidade e transparência de todo o processo, com foco nas especialidades a serem atendidas;

7.1.5 Garantir, impreterivelmente, a realização de consultas para diagnóstico e/ou confirmação da indicação cirúrgica, do pré-operatório, do procedimento e do pós-operatório;

7.1.6 Disponibilizar ao paciente todos os recursos necessários ao seu total atendimento, inclusive prestar Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico - SADT, durante o tempo em que ocupar as dependências do Estabelecimento, bem como, no período posterior de permanência em casos onde houver a realização de cirurgias ambulatoriais ou hospitalares e/ou que demandem de acompanhamento pós cirúrgico;

7.1.7 Submeter-se a avaliações sistemáticas pela gestão do SUS;

7.1.8 Submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

7.1.9 Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com o contratante;

7.1.10 Atender às diretrizes da política dos programas de saúde instituídos pela Secretaria de Estado da Saúde que tenha afinidade com o objeto pactuado;

7.1.11 Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS;

7.1.12 Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

7.1.13 Submeter-se à auditoria da Secretaria de Saúde, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação solicitada;

7.1.14 Estar registrada no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.1.15 Apresentar alvará de licença e funcionamento vigente;

7.1.16 Apresentar certidões comprobatórias exigidas em lei, tais como regularidade fiscal, previdenciária, FGTS e trabalhista;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

7.1.17 Ocorrendo solicitação de credenciamento ao mesmo tempo por mais de um interessado, este dar-se-á respeitando a ordem de preferência, primeiramente recorrendo às entidades filantrópicas, sem fins lucrativos e por fim, recorrerá às entidades com fins lucrativos, nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal, observando-se concomitantemente os critérios técnicos apresentados pelo interessado;

7.1.18 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária, imposta pela Administração Estadual, motivada pelas hipóteses previstas no art. 150 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007;

II - Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo ou com registros ativos no CEIS, CADIN, CEPIM;

III - Que estejam em dissolução, liquidação, processo de falência ou de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05;

IV - Estejam enquadradas no disposto no artigo 16 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007;

V - Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, INSS e FGTS, Tribunal de Contas e Justiça Trabalhista;

7.1.19 A Secretaria Municipal da Saúde não se obriga a formalizar contratos com todas as entidades credenciadas, nem a adquirir todo o quantitativo de serviços ofertados pelo Estabelecimento;

7.1.20 O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento do protocolo pela Secretaria de Saúde. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste Edital de Chamamento Público e no Decreto Estadual 4.507/2009.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. As impugnações aos termos do presente edital deverão obedecer aos critérios do artigo 41, da Lei n.º 8.666/93.

8.1.1 As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não fizer seu pedido até o 2º (segundo)



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.

8.1.2 A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br.

9. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. Para o credenciamento, os interessados, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo:

9.1.1 Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo: estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; (III, art. 28, da Lei Federal nº 8.666/93); Registro comercial, no caso de empresa individual; (II, art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93); Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; (IV, art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93);

9.1.1.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Ficha (completa) de Identificação de Inscrição de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com CNAE pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (I, art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93);

d) Cópia da Carteira de Identidade e CPF do Representante Legal pelo Estabelecimento com comprovação dos legítimos poderes para assinar e firmar contrato com órgãos públicos;

9.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Alvará de Licença e Funcionamento definitivo e atualizado - pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (art. 11 do Decreto Estadual 7.265/2017);

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93). A exigência de que trata este item assim resume:

- I) Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- II) Certidão de Regularidade com a Dívida Ativa de Tributos Estaduais;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

III) Certidão de Regularidade de todos os Tributos Municipais, expedida pela Prefeitura Municipal;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (art. 29, IV – Lei Federal nº 8.666/93);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; (Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011);

e) Para os Hospitais Filantrópicos, anexar extrato da decisão sobre o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS2 ou de sua renovação publicado no Diário Oficial da União (DOU); (art. 2º c/c art. 37, ambos da Lei Complementar nº 187/2021);

f) Certificado de Registro Cadastral Completo – atualizado e válido - junto ao Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS; (art. 1.º, § 4º do art. 1º do Decreto nº 9.762/2013);

9.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de **falência e concordata, e recuperação judicial e extra judicial** expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente, expedida a menos de 90 (noventa) dias.

a.1) no caso de empresa em recuperação judicial será necessária uma certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (TCU Acórdão 1201/2020).

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

A validade do Balanço aceito para essa licitação é:

até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço na versão ECD.

até o último dia útil do mês de abril do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço nas demais versões ou seja não ECD.

Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 1 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis - obrigatória a DRE, com o devido registro na *Junta Comercial.

c) Prova de Capacidade financeira (conforme modelo – Anexo VI), o licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da empresa, atestando a boa situação financeira da empresa, que deverá ser apresentado devidamente assinado pelo responsável legal da empresa.

Tais índices serão calculados como se segue:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

- **Índice de Liquidez Geral**

Que determina o nível de liquidez a partir de cada resposta numérica:

Se a liquidez geral for maior do que 1, se entende que a empresa possui capital disponível suficiente para arcar com todas as suas obrigações.

Se a liquidez geral for igual a 1, o capital e as obrigações são equivalentes.

Se a liquidez geral for menor do que 1, significa que a empresa não possui, hoje, capital suficiente para arcar com todas as suas obrigações.

- **Índice de Solvência Geral**

A solvência geral serve para demonstrar quanta garantia a empresa detém em ativos totais, para pagamento do total de suas dívidas. Ou seja, sua capacidade de quitação de todas as pendências.

Em qualquer dos três índices contábeis em licitação tratados, normalmente, o resultado maior que 1 é considerado bom. Ou seja, o suficiente para demonstrar a qualificação financeira da empresa, por meio do equilíbrio econômico da mesma, o que normalmente acaba sendo solicitado nos editais.

- **Índice de Liquidez Corrente**

A liquidez corrente é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa possui, a curto prazo, de arcar com todas as suas obrigações. Também chamado de índice de liquidez comum, o índice de liquidez corrente mede a capacidade de pagamento de uma empresa no curto prazo. Ele é um dos indicadores mais conhecidos para se analisar a capacidade de pagamento de uma companhia.

9.1.4 Habilitação Técnica:

a) Licença Sanitária definitiva e atualizada - pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual - expedida pela Vigilância Sanitária; (artigos 12, parágrafo único e 63, I, Lei Estadual nº 13.331/2001);



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- b) Carteira Profissional do Responsável Técnico do Hospital com inscrição no respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional;
- c) Certificado de Responsabilidade Técnica do Estabelecimento;
- d) Relação nominal indicando Nome Completo, Especialidade (formação), número de Registro Junto ao Conselho de Classe de todos os profissionais médicos à disposição para prestar os serviços, integrante(s) do quadro funcional da proponente, acompanhado de titulação de médico (diploma) ou declaração de conclusão do curso de medicina emitida pela faculdade ou universidade e carteira do CRM ou declaração do CRM comprovando a inscrição do mesmo - conforme modelo – Anexo VII.

9.1.5 Documentação Complementar:

- a) Comprovante de consulta no Cadastro Informativo Estadual – CADIN; (Lei Estadual nº 18.466/2015 e Decreto Estadual nº 1.933/2015);
- b) Comprovante de consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; (Inciso VII, § 4º, art. 35 da Lei Estadual nº 15.608/07);
- c) Comprovante de consulta no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM; (Inciso VII, § 4º, art. 35 da Lei Estadual nº 15.608/07).

9.1.5.1 Não será aceito nenhum tipo de protocolo análogo à documentação solicitada com o intuito de substituí-la ou de afastar a obrigatoriedade de sua apresentação, não cabendo à Secretaria de Saúde excepcionalizar de ofício documentação exigida em Lei. Mesmo o próprio Titular da Pasta não o poderia fazer, sendo exigência legal o princípio da legalidade vincula e limita o raio de escopo de decisão do Gestor, afastando a hipótese desta Secretaria deixar de exigir parte da documentação administrativamente, sem ser em cumprimento de ordem judicial transitado em julgado.

9.1.5.2 A não apresentação da documentação completa e o não cumprimento dos demais requisitos apresentados neste Edital é motivo para o não credenciamento e não contratação do Estabelecimento.

9.1.6 Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo IV);

Obs: O estabelecimento de saúde participante deverá apresentar os documentos na ordem relacionada neste Edital de Chamamento.

9.2. Todos os documentos solicitados neste Chamamento deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas em cartório ou por servidor municipal designado para tal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

9.3. Para os documentos emitidos via INTERNET, a Comissão Permanente de Licitação, antes da Habilitação da proponente, comprovará a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.

9.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, fica concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão permanente de licitação, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

9.5. Todos os documentos devem ser impressos preferencialmente em papel reciclável.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇO

10.1. Os envelopes contendo **documentos de habilitação e proposta de serviços**, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2022
ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇOS
PROPONENTE: _____

11. PROPOSTA

11.1. Contida no Envelope, devidamente assinada por seu responsável legal, em papel timbrado, redigida em idioma nacional de forma clara, sem emendas, não podendo conter erros rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, caso a Comissão de Licitação entenda ser relevante tal falta, ou que comprometa a lisura do certame e deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital.

11.1.1 Proposta listando as Especialidades a serem atendidas e Declaração (**Conforme Anexo II**) de que o Estabelecimento garante a realização de consultas para diagnóstico e/ou confirmação da indicação cirúrgica, do pré-operatório, do procedimento e do pós-operatório.

11.1.2 No preço descrito neste Edital de Chamamento Público e na respectiva minuta do contrato estão inclusas todas as despesas necessárias à execução dos procedimentos contratados, compreendendo-se a realização de consultas para diagnóstico e/ou confirmação da indicação cirúrgica, do pré-operatório, do procedimento e do pós-operatório.

12. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 054/2022, promovendo-se a desclassificação das proponentes que apresentarem propostas desconformes ou incompatíveis.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1. Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, sendo que a proponente deverá comprometer-se a atender TODOS OS REQUISITOS DO ITEM (ESPECIALIDADE), ao qual apresentar proposta.

13.2. Havendo mais que uma empresa credenciada para cada item os serviços e os valores serão rateados.

14. GESTÃO e FISCALIZAÇÃO

14.1. Do gestor: Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) contrato(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

14.2. Do fiscal do contrato: Caberá a fiscalização do contrato ao Sr. Rafael Rugério Dutra;

14.3. Do suplente de fiscal: Sr(a). Andrea Regina Pellin Cagnini.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos;

15.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso;

15.3. O recurso deverá ser protocolado junto ao Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, Av. Rio Grande do Sul, 130 - centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná - PR - CEP 85.660-000 e ou encaminhado via e-mail para o endereço claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br, aos cuidados do Presidente da Comissão de Licitação, ficando estabelecido prazo de até 5 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do Gestor, que terá igual prazo para análise e decisão;

15.4. Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos;

15.5. Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios;

15.6. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação;

15.7. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Serão contratualizados os credenciados que apresentarem toda a documentação listada no item 9, e que estiver localizado no município de Dois Vizinhos sob a Gestão Municipal, respeitando-se o limite quantitativo e financeiro estabelecido neste Edital.

16.2. Terão preferência às entidades filantrópicas, às privadas sem fins lucrativos, e por fim, recorrendo-se às instituições privadas com fins lucrativos, que tenham objeto social compatível com os serviços que serão contratados, em conformidade com a Lei Orgânica da Saúde e com o § 1º do art. 199 da Constituição Federal, que sejam devidamente constituídas e instaladas no Município de Dois Vizinhos, observando-se concomitantemente os critérios técnicos apresentados pelo interessado.

16.3. Homologado o objeto do presente Chamamento, o MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis a critério da Administração, a dar início a execução do serviço sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

17. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES e DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1. Na execução deste contrato o CONTRATANTE e CONTRATADO deverão observar as seguintes condições gerais:

I – O acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS se faz preferencialmente pelas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades conforme pactuação local;

II- O acompanhamento e o atendimento do usuário seguem as regras estabelecidas para a referência e contra referência mediante protocolos de encaminhamento;

III – O atendimento humanizado deverá seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS – PNH;

IV – O atendimento integral das Portaria, Protocolos Técnicos, do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares, do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA/SUS e demais legislações vigentes, referentes ao atendimento e encaminhamento dos usuários do SUS;

V – Acesso universal, igualitário e integral à saúde dos usuários;

VI – Atendimento a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

VII – O atendimento da Resolução SESA nº 207/2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da cláusula antifraude e anticorrupção;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

VIII – O atendimento das Portarias do Ministério da Saúde sobre a Política Nacional da Atenção Hospitalar – PNHOSP;

17.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I- Zelar pela qualidade e resolutividade da assistência;
- II- Garantir a igualdade de acesso e assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;
- III- Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços de média complexidade com cumprimento de metas;
- IV- Disponibilizar aos usuários atendidos, medicamentos, materiais e serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia (SADT) de Média Complexidade e hospitalização visando garantir a integralidade do atendimento;
- V- Monitorar os seguintes indicadores:
 - Tempo médio de permanência na clínica cirúrgica;
 - Taxa de mortalidade institucional;
 - Taxa de infecção de cirurgias limpas;
 - Taxa de Ocupação de Leitos;
 - Taxa de Infecção sítio cirúrgico.
- VI- Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização;
- VII- Assegurar a alta hospitalar responsável e segura ao paciente em conformidade com o Programa de Atenção Domiciliar;
- VIII- Implantar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
- IX- Implantar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos e apresentá-los para avaliação da contratante;
- X- Implantar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;
- XI- Disponibilizar o acesso dos prontuários médicos à Auditoria, bem como aqueles de direito, de acordo com o Código de ética Médica;
- XII- Realizar todas as notificações compulsórias classificadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) bem como as patologias suspeitas de violência e negligência, de acordo com as legislações específicas;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- XIII- Disponibilizar informações aos pacientes sobre as intervenções clínicas e cirúrgicas a que irão se submeter, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido por escrito para a realização destes procedimentos, conforme legislações específicas;
- XIV- Disponibilizar em caso de falta de leitos de enfermaria, acomodações adequadas aos usuários com indicação de hospitalização até que haja leito disponível no tipo de acomodação enfermaria e puder ser efetuada a troca de acomodação;
- XV- Disponibilizar de estrutura física e de recursos humanos e tecnológicos de forma a atender os serviços contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;
- XVI- Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tampouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se, inclusive em sede penal, por qualquer cobrança ilegal ao usuário do SUS;
- XVII- Disponibilizar brinquedoteca, assim como oferecer a infraestrutura necessária para a criança ou adolescente internado estudar, observada a realidade local;
- XVIII- Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;
- XIX- Assegurar a educação permanente aos seus trabalhadores;
- XX- Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;
- XXI- Encaminhar guia de autorização para realização do procedimento indicado ao Gestor municipal do município de origem do paciente para que autorize a realização do mesmo.
- XXII- Permitir o acesso nas áreas de atendimento, desde que devidamente identificados, como também parentados quando assim o ambiente exigir, aos membros do Conselho Municipal de Saúde e da Comissão de Acompanhamento, desde que comunicado com antecedência;
- XXIII- Atender as Cláusulas anticorrupção;
- XXIV- Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários, em local visível e de fácil acesso;
- XXV- Monitorar a assistência e o controle de riscos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;
- XXVI- Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores qualitativos e quantitativos estabelecidos no Documento Descritivo;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

XXVII- Dispor de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento aos usuários, por canais que facilitem o acesso tais como: telefone, e-mail, presencial;

XXVIII-Disponibilizar dados e alimentar os Sistemas de Informações classificados como obrigatórios pela gestão Municipal/Estadual ou Federal:

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
- Sistema de Informações Hospitalares SUS (SIH-SUS);
- Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN);
- Sistema de Informações sobre nascidos vivos (SINASC);
- Sistema de informações sobre mortalidade (SIM);
- Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);
- Notifica COVID;

XXIX- Responsabilizar-se pela utilização de pessoal necessário à execução do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;

XXX- Permitir a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste CONTRATO pelos órgãos competentes do SUS e pela Municipalidade, não sendo excluída a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos das suas ações e ou legislação aplicável;

XXXI- Responsabilizar-se integralmente pela indenização em caso de dano ao usuário, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados ou prepostos;

XXXII- Realizar os atendimentos nas dependências do prestador, sendo vedado o encaminhamento a consultórios privados;

XXXIII-Disponibilizar a totalidade de ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do Gestor do Contrato;

XXXIV- Responsabilizar-se em preencher os laudos de autorização hospitalar de caráter eletivo e os de urgência/emergência com clareza e de forma legível, solicitando os procedimentos necessários verificados durante avaliação médica;

XXXV- Justificar-se à contratante, por escrito, quando alegar razões técnicas sobre a decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato;

XXXVI- Responsabilizar-se em manter todas as informações pertinentes em prontuário médico conforme orientações do Ministério da Saúde, Portaria nº 1.820/2013 e Conselho Federal de Medicina, seguindo a mesma padronização ordenada em todos os prontuários, destinando-se ao registro dos cuidados que foram prestados aos usuários por todos os profissionais de saúde;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

XXXVII- Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS.

17.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I- Definir área territorial de abrangência e a população de referência do Hospital contratado;

II- Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial do hospital;

III- Financiar de forma tripartite as ações e serviços de saúde contratualizados;

IV- Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão;

V- Implementar protocolos para regulação do acesso da RAS e regular as ações e serviços de saúde contratualizados;

VI- Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento de Contratualização, através de Portaria publicada, que deverá reunir-se trimestralmente para monitorar e avaliar os indicadores de desempenho do Documento Descritivo. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 (dois) Representantes Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;
- 01 (um) Representante do CRESEMS;
- 01 (um) Representante da 8ª Regional de Saúde;
- 01 (um) Representante do CONTRATADO.

VII- Controlar, avaliar, regular e auditar as ações e serviços de saúde contratualizados, na forma de:

- Dispositivos e autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar;
- Monitoramento da produção de acordo com o previsto neste contrato;
- Monitoramento e avaliação das metas por meio dos indicadores qualitativos e quantitativos;

VIII- Investigar denúncias de qualquer ação e de cobrança indevida dos serviços de saúde contratualizados;

IX- Alimentar dados e processar os sistemas:

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
- Sistema de Informações Hospitalares SUS (SIH-SUS);
- Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN);
- Sistema de Informações sobre nascidos vivos (SINASC);
- Sistema de informações sobre mortalidade (SIM);
- Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- Notifica COVID;

X- Realizar o pagamento após processamento e faturamento da produção e conforme transferência de recursos do Tesouro Estadual e Tesouros Municipais de Saúde dos Municípios credenciados para o Programa com devida pactuação.

17.4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os procedimentos cirúrgicos deverão seguir o fluxo descrito:

I - O município de origem do recurso deverá encaminhar o paciente ao estabelecimento que será credenciado para prestação do serviço pelo município de Dois Vizinhos para realização de avaliação cirúrgica, consultas pré e pós-operatórias e será responsável por todos os custos diretos e indiretos decorrentes desta.

II - Após avaliação cirúrgica o prestador do serviço deverá encaminhar a Auditoria Médica de Dois Vizinhos a solicitação para autorização do procedimento;

a) A auditoria será realizada por médico auditor do município de Dois Vizinhos, com base na solicitação do cirurgião e documentos que auxiliem na evidenciação da necessidade de realização do procedimento cirúrgico.

III – A Auditoria Municipal após análise encaminhará ao Prestador do serviço a liberação e/ou recusa cirúrgica, caso haja recusa a mesma será justificada e poderá ser corrigida e reenviada a auditoria municipal para nova avaliação;

IV – O município de origem na pessoa do Gestor municipal emitirá guia para autorização do procedimento, conforme valores pactuados em reunião da Comissão Intergestores Regional - CIR, e que estarão relacionados junto ao Edital de Chamamento Público da ARSS referente ao ano vigente, e encaminhará ao prestador;

a) Os valores complementares serão cobrados pela Associação Regional de Saúde do Sudoeste ARSS ao município de origem do paciente, por meio de boletos apenas dos procedimentos já realizados.

b) A relação dos valores atinentes à complementação estará prevista no Edital de Chamamento Público da ARSS do ano vigente.

V – Realizado o procedimento a Autorização de Internação Hospitalar - AIH ou Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC deverão ser encaminhadas pelo prestador a Auditoria Municipal de Dois Vizinhos para autorização de faturamento;

VI – Após a realização, apresentação e faturamento nos sistemas de Informações Oficiais do SUS, o município de Dois Vizinhos, encaminhará aos municípios de origem relatório da produção apresentada;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

18. DA VIGÊNCIA

18.1. Conforme Lei Municipal nº 2366/2019 em seu art. 3º O chamamento público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

18.2. O prazo de execução e vigência do contrato será contado da competência/mês de assinatura do contrato, até o dia 24 de outubro de 2023, para fins de registro junto ao Ministério da Saúde.

19. DAS ALTERAÇÕES

19.1. O contrato oriundo deste credenciamento poderá ser alterado mediante a celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento, especificamente nos casos previstos em Lei, exceto no seu objeto.

19.2. Por se tratar de remuneração por serviços produzidos, havendo futuras alterações em decorrências de expansão de serviços, seja por aumento quantitativo da oferta de serviços, credenciamento/habilitações, pactuações/repactuações entre gestores do SUS.

19.3. No caso de descredenciamento/desabilitação de serviços prestados pelo CONTRATADO, o contrato deverá ser revisado pelas partes, mediante elaboração de Termo Aditivo, deduzindo-se, se necessário, o valor correspondente à área de assistência desabilitada/descredenciada.

20. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas com a execução dos serviços previstos neste edital correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03962	08.001.10.302.0007.2045	01111
03680	08.001.10.301.0007.2044	00000
03710	08.001.10.301.0007.2044	00000

20.2. FONTES RECURSOS:

a) Recurso Estadual: fonte 01111 específica para transferência de valores pelos Municípios Pactuados para realização do objeto desta licitação e Fonte Livre Municipal;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

21. DO QUANTITATIVO, DA DISTRIBUIÇÃO, DOS RECURSOS FINANCEIRO E DO PAGAMENTO

21.1. O montante financeiro correspondente às especialidades cirúrgicas eletivas que se pretende contratar abrange a necessidade assistencial na abrangência da 8ª Regional de Saúde:

Nota 1: O montante financeiro apresentado contempla, inclusive, o valor do incremento previsto no art. 4º da Resolução Sesa nº 1.127/2021, tendo o percentual de incremento calculado sobre o valor do procedimento principal da cirurgia eletiva a ser realizada.

21.2. Os interessados deverão apresentar proposta listando as Especialidades, de acordo com o Anexo I;

21.3. Na distribuição da demanda deve-se respeitar o princípio da impessoalidade, atendendo aos seguintes critérios:

- I - Oferta de serviços por especialidade;
- II - Localização do Estabelecimento de Saúde;
- III - disponibilidade técnica para realizar as especialidades cirúrgicas propostas;
- IV - Condições técnicas para execução do serviço;
- V - Porte do Estabelecimento de Saúde;
- VII - Quantidade de Leitos;

21.4. Havendo a impossibilidade de execução contratual, total ou parcial, por parte de qualquer interessado, mediante comunicação formal e seguidos os trâmites legais, o saldo remanescente poderá ser redistribuído, nos mesmos termos, procedendo-se a alteração contratual nos instrumentos que eventualmente tenham sido firmados;

21.5. O valor da remuneração pela prestação de serviço de saúde referente aos procedimentos cirúrgicos eletivos, terá por base os valores da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do Sistema Único de Saúde - Tabela SUS, bem como atrelado às condições dispostas na Resolução SESA nº 1.127/2021 no que tange os percentuais de acréscimo previstos no Art. 4º da mesma Resolução, calculados sobre o valor do procedimento cirúrgico principal, e caso seja necessário será complementada, conforme tabela já pactuada entre Gestores Municipais de Saúde, a complementação será realizada com recursos próprios do município de Origem do paciente, conforme Art. 6º parágrafo único, da Lei Municipal do Programa;

21.6. O valor mensal estimado para a execução do presente Edital importa em R\$ 1.402.771,38 (um milhão, quatrocentos e dois mil, setecentos e setenta e um reais, trinta e oito centavos, perfazendo-se o valor estimado de R\$ xxxxxxxx para sua completa execução, nos termos do art. 13 da Resolução Sesa nº 1.127/2021;

21.7. Os recursos financeiros de que trata este Edital de Chamamento Público serão provenientes do Tesouro Estadual, Fundos Municipais de Saúde dos municípios pactuados e Fundo Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

21.8. As despesas que eventualmente recaiam para o exercício subsequente serão alocadas à dotação orçamentária respectiva na Lei Orçamentária Anual correspondente;

21.9. Não será efetuado nenhum pagamento além do preço estabelecido pelo programa opera paraná;

21.10. O Estabelecimento de Saúde eventualmente contratado deverá apresentar todos os atos decorrentes de procedimentos cirúrgicos eletivo por meio da Autorização de Internamento Hospitalar - AIH ou Autorização de Procedimentos Ambulatoriais – APAC liberadas pelo departamento responsável da Contratante, com numeração especial e diferenciada de acordo com os Protocolos Técnicos e Manual Técnico Operacional dos Sistemas de Informações Oficiais do SUS;

22.11. O valor a ser pago ao Contratado será aferido de acordo com os procedimentos cirúrgicos principais efetivamente realizados, apresentados, processados e aprovados pelos Sistemas de Informações Oficiais do Sus;

22.12. A correta apresentação das informações nos Sistemas de Informações Oficiais do SUS quanto a produção realizada, observando o disposto nesse Edital e nas orientações gerais serão de responsabilidade do Contratado, da Secretaria Municipal de Saúde e Regional de Saúde;

22.13. Eventualmente, documentos complementares comprobatórios poderão ser solicitados pelo serviço de auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

22.14. Para efeito de processamento de informações, a competência inicia-se no 1º dia de cada mês e segue até o último dia do mês. As contas, ambulatoriais e hospitalares deverão ser encaminhadas até o dia 12 (doze) do mês subsequente a prestação dos serviços para serem conferidas pela Auditoria Municipal;

22.15. As contas rejeitadas serão devolvidas ao Contratado até o dia 18 (dezoito) do mês subsequente a prestação dos serviços para correções porventura cabíveis e reapresentação no mês seguinte ao de sua primeira apresentação e irá integrar este lote para fins de auditoria e pagamento;

22.16. Após o término da conferência pelo setor de Auditoria municipal, o prestador deve encaminhar os arquivos de transferência SIH e SIA até o dia 20 (vinte) de cada mês a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. No caso de alteração no formato do processamento, o prestador deverá cumprir com as mesmas;

22.17. O serviço contratado responsabilizar-se-á por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do processamento, com exceção de falhas decorrentes do Sistema do Departamento de Informática do SUS (DATASUS).

22.18. O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do fiscal e gestor do contrato da Nota Fiscal que deverá ser acompanhada de documentos que



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

comproven a regularidade com a Certidão Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

22.19. Para execução do pagamento, a contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição dos serviços prestados o número do Contrato ou Aditivo se houver, o preço total, a razão social da Fundo Municipal de Saúde, CNPJ/MF nº 08.889.455/0001-11, informando o número da conta corrente, nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

22.20. O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

(Entende-se por aceitação da nota fiscal, a entrega dos anexos devidamente preenchidos atendendo o cumprimento da instrução normativa Municipal – IN 01/2018, deverá ainda, vir atestada pelo gestor e fiscal do Contrato).

22.21. A empresa credenciada da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a entidade possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação;

22.22. Deverá constar na nota fiscal:

Número do Chamamento Público.

Número da Inexigibilidade.

Número do Contrato.

Número do Aditivo, se houver.

Recebimento atestada pelo Gestor Municipal de Saúde.

Especificar (local, ou emitir relatório de serviços realizados).

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

22. RECURSOS

22.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

23. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

23.1. Estando a empresa apta a contratação, o processo será encaminhado ao(a) advogado(a) do município, que verificará a regularidade do procedimento, visando a realização do processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por base o “caput” do artigo 25 da Lei de Licitações.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

24. DA RESCISÃO

24.1. A rescisão será automática, quando da revogação da Resolução SESA nº 1104/2021 com a publicação no Diário Oficial do Estado.

24.2. O contrato poderá ser rescindido pelo município respeitando as hipóteses da Lei nº 8666/93, e pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo Município.

24.3. Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do Município, Estado ou do Ministério da Saúde.

24.4. Pelo não cumprimento na entrega dos relatórios mensais e anuais ou paralisação imotivada na prestação de serviços, sem justa causa e sem comunicação prévia a Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV).

24.5. Pela cobrança ao usuário na realização dos serviços objeto do CONTRATO.

24.6. A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do CONTRATO nas seguintes hipóteses:

- I – O não cumprimento das cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.
- II – Atraso no pagamento das faturas pela CONTRATANTE, aqui entendido atraso continuado de pelo menos 3 (três) meses consecutivos;
- III – Caberá à CONTRATADA notificar o CONTRATANTE, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando o fim da prestação dos serviços contratados, tendo a CONTRATANTE um prazo de 6 (seis) meses para adequação do serviço em outro prestador. Durante esse período cabe a CONTRATADA permanecer executando os serviços.

24.7. O Conselho Municipal de Saúde e a Comissão Intergestores Regional (CIR) deverá ser comunicado sobre a decisão de rescisão, bem como das medidas adotadas pelo gestor visando a não desassistência à população usuária do Sistema Único de Saúde.

24.8. Em caso de rescisão unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo credenciamento, devendo a CONTRATANTE comunicar a rescisão/descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e a CONTRATADA comunicar a rescisão/descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de má execução do objeto, que deve ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante credenciada que deixar de assinar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

25.2. As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

25.3. A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

25.4. A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

25.5. Com fundamento no artigo 154 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

25.6. Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

25.7. Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

25.8. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

26. CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

26.1. Cabe as partes atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que:

I. Atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que: O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco.

II. Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) “prática corrupta”: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(ii) “prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) “prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) “prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) “prática obstrutiva”: significa:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco¹³, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado:

(i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e

(ii) para ser designado¹⁴ subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

27. CASOS OMISSOS

27.1. Os casos omissos decorrentes da execução do Contrato, serão resolvidos de comum acordo entre as partes remetendo à autoridade superior da Prefeitura Municipal para decisão, tudo em conformidade com as disposições da Lei federal nº 8666/96 e suas atualização e, no que couber supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições do direito administrativo.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

27.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão Intergestores Regional (CIR) – 8ª Regional de Saúde.

28. DO CONTRATO

28.1. A(s) quantidade(s) poderá(ao) ser alterada(s) somente com deliberação da CIR e liberação de novo recurso do Estado.

28.2. O contrato a ser assinado obedecerá às cláusulas e condições do Edital, da minuta do contrato e demais anexos.

28.3. O CREDENCIADO deverá firmar o Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data da convocação.

28.4. Na hipótese do credenciado se recusar a assinar o Contrato, a Comissão de Licitação fará o descredenciamento e a Secretaria Municipal de Saúde repassará a(s) cota(s) dos serviços, que foi destinada ao referido contrato, para os demais credenciados.

28.5. O presente Edital, Especificações Técnicas e a Proposta da Licitante integrarão o Contrato independentemente de transcrição.

28.6. O instrumento contratual decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Município.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas ao Município de Dois Vizinhos, no Departamento de Licitações, aos cuidados do(a) Presidente da Comissão de Licitações.

29.2. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

29.3. Poderá o Município revogar o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

29.4. O Município deverá anular o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

29.5. A anulação do procedimento de Credenciamento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

29.6. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

29.7. Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o início a abertura dos envelopes de habilitação.

29.8. A publicação do resultado do credenciamento será no Diário Oficial do Município.

29.9. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Tabela de Valores e de Especialidades;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Minuta do contrato de prestação de serviços e Minuta do Documento Descritivo;

Anexo IV – Declaração Unificada;

Anexo V – Carta de Credenciamento,

Anexo VI – Modelo de Declaração de Capacidade Financeira;

Anexo VII – Relação Nominal.

30. DO FORO

30.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

30.2. Todas e quaisquer alterações referentes a este edital estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.doisvizinhos.pr.gov.br.

30.3. O(a) Presidente da Comissão, mediante juízo de razoabilidade poderá interpretar as cláusulas constantes no presente edital de forma abrangente, objetivando escolher a proposta mais vantajosa à Administração, respeitando o Princípio da Competitividade, bem como o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular.

Dois Vizinhos, 24 de outubro de 2022.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Claudinei Schreiber
Presidente



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO I
TABELA DE VALORES E ESPECIALIDADES

CIRURGIA GERAL			
Código	Descrição cirúrgica	Valor SUS (R\$)	Valor total com incremento (150%)
04.07.03.002-6	Colecistectomia	996,34	R\$ 2.490,85
04.07.03.003-4	Colecistectomia videolaparoscópica	992,45	R\$ 2.481,13
04.07.03.006-9	Coleodocotomia c/ Ou s/ Colecistectomia	617,41	R\$ 1.543,53
04.07.03.007-7	Coleodocotomia videolaparoscópica	564,79	R\$ 1.411,98
04.07.04.003-0	Drenagem de hematoma/Abscesso pré-Peritoneal	437,83	R\$ 1.094,58
04.07.02.021-7	Esfincterotomia interna e tratamento de fissura anal	246,81	R\$ 617,03
04.07.03.012-3	Esplenectomia	975,98	R\$ 2.439,95
04.09.04.009-6	Exploração cirúrgica de bolsa escrotal	225,86	R\$ 564,65
04.07.02.027-6	Fistulectomia/Fistulotomia anal	363,90	R\$ 909,75
04.07.02.028-4	Hemorroidectomia	315,94	R\$ 789,85
04.07.04.004-8	Hernioplastia diafragmática (Via abdominal)	808,13	R\$ 2.020,33
04.07.04.006-4	Hernioplastia epigástrica	801,73	R\$ 2.004,33
04.07.04.007-2	Hernioplastia epigástrica videolaparoscópica	361,54	R\$ 903,85
04.07.04.008-0	Hernioplastia incisional	539,92	R\$ 1.349,80
04.07.04.009-9	Hernioplastia inguinal (Bilateral)	610,06	R\$ 1.525,15
04.07.04.010-2	Hernioplastia inguinal cruai (Unilateral)	637,97	R\$ 1.594,93
04.07.04.011-0	Hernioplastia recidivante	596,33	R\$ 1.490,83
04.07.04.012-9	Hernioplastia umbilical	434,99	R\$ 1.087,48
04.07.02.029-2	Herniorrafia c/ Ressecção intestinal (Hernia estrangulada)	378,69	R\$ 946,73
04.07.04.013-7	Herniorrafia inguinal videolaparoscópica	376,95	R\$ 942,38
04.07.04.014-5	Herniorrafia s/ Ressecção intestinal (Hernia estrangulada)	419,94	R\$ 1.049,85
04.07.04.016-1	Laparotomia exploradora	637,19	R\$ 1.592,98
04.07.04.018-8	Liberção de aderências intestinais	829,06	R\$ 2.072,65
CIRURGIA VASCULAR			
Hospitalar			
Código	Descrição cirúrgica	Valor SUS (R\$)	Valor total com incremento (150%)
04.06.02.056-6	Tratamento cirúrgico de varizes (Bilateral)	R\$ 833,48	R\$ 2.083,70
04.06.02.057-4	Tratamento cirúrgico de varizes (Unilateral)	R\$ 692,19	R\$ 1.730,48
CIRURGIA DO APARELHO OSTEOMUSCULAR			
Código	Descrição cirúrgica	Valor SUS (R\$)	Complemento (R\$)
04.08.06.001-8	Alongamento encurtamento miotendioso	R\$ 253,93	R\$ 634,83
04.08.06.004-2	Amputação/Desarticulação de dedo	R\$ 338,03	R\$ 845,08
04.08.02.001-6	Amputação/Desarticulação de mão e punho	R\$ 193,30	R\$ 483,25
04.08.05.001-2	Amputação/Desarticulação de membros inferiores	R\$ 892,74	R\$ 2.231,85
04.08.05.003-9	Artrodese de medias/Grandes articulações de membro inferior	R\$ 371,12	R\$ 927,80
04.08.02.003-2	Artrodese de medias/Grandes articulações de membro superior	R\$ 230,37	R\$ 575,93
04.08.06.005-0	Artrodese de pequenas articulações	R\$ 213,79	R\$ 534,48
04.08.02.004-0	Artroplastia de articulações da mão	R\$ 316,48	R\$ 791,20
04.08.02.005-9	Artroplastia de cabeça de rádio	R\$ 282,66	R\$ 706,65
04.08.06.006-9	Artroplastia de ressecção de média/Grande articulação	R\$ 1.104,38	R\$ 2.760,95
04.08.06.007-7	Artroplastia de ressecção de pequenas articulações	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.01.004-5	Artroplastia escapulo-Umeral parcial	R\$ 613,35	R\$ 1.533,38
04.08.04.005-0	Artroplastia parcial de quadril	R\$ 1.570,66	R\$ 3.926,65
04.08.04.008-4	Artroplastia total primária do quadril cimentada	R\$ 2.341,71	R\$ 5.854,28
04.08.06.008-5	Bursectomia	R\$ 213,63	R\$ 534,08
04.08.01.007-0	Desarticulação da articulação escapulo-Umeral	R\$ 446,09	R\$ 1.115,23



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

04.08.06.009-3	Descompressão com esvaziamento medular por brocagem/Via corticotomia	R\$ 705,02	R\$ 1.762,55
04.08.04.012-2	Epifisiodesse do trocanter maior do fêmur	R\$ 759,43	R\$ 1.898,58
04.08.04.013-0	Epifisiodesse femoral proximal in situ	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.06.012-3	Exploração articular c/ Ou s/ Sinovectomia de médias/Grandes articulações	R\$ 283,66	R\$ 709,15
04.08.06.013-1	Exploração articular c/ Ou s/ Sinovectomia de pequenas articulações	R\$ 142,06	R\$ 355,15
04.08.06.014-0	Fasciectomia (Dupuytren)	R\$ 222,95	R\$ 557,38
04.08.05.008-0	Fasciotomia de membros inferiores	R\$ 337,74	R\$ 844,35
04.08.02.010-5	Fasciotomia de membros superiores	R\$ 200,51	R\$ 501,28
04.06.02.016-7	Fasciotomia para descompressão	R\$ 528,21	R\$ 1.320,53
04.08.06.015-8	Manipulação articular	R\$ 122,01	R\$ 305,03
04.08.01.010-0	Ostectomia de clavícula ou da escápula	R\$ 297,12	R\$ 742,80
04.08.06.016-6	Ostectomia de osso da mão e/Ou do pé	R\$ 258,61	R\$ 646,53
04.08.06.017-4	Ostectomia de ossos longo sexteto da mão e/Ou do pé	R\$ 649,74	R\$ 1.624,35
04.08.01.011-8	Osteotomia da clavícula ou da escápula	R\$ 284,27	R\$ 710,68
04.08.06.018-2	Osteotomia de osso da mão e/Ou do pé	R\$ 327,25	R\$ 818,13
04.08.06.019-0	Osteotomia de ossos longos exceto da mão e do pé	R\$ 645,68	R\$ 1.614,20
04.08.05.010-1	Patelectomia total ou parcial	R\$ 344,06	R\$ 860,15
04.08.05.011-0	Quadricepsplastia	R\$ 1.602,18	R\$ 4.005,45
04.08.05.012-8	Realinhamento de mecanismo extensor de joelho	R\$ 273,15	R\$ 682,88
04.08.02.012-1	Realinhamento de mecanismo extensor dos dedos da mão	R\$ 205,53	R\$ 513,83
04.08.02.013-0	Reconstrução capsulo-Ligamentar do cotovelo/Punho	R\$ 241,43	R\$ 603,58
04.08.02.014-8	Reconstrução de polia tendinosa dos dedos da mão	R\$ 205,53	R\$ 513,83
04.08.05.013-6	Reconstrução de tendão patelar/Tendão quadricipital	R\$ 1.602,18	R\$ 4.005,45
04.08.05.014-4	Reconstrução ligamentar do tornozelo	R\$ 432,14	R\$ 1.080,35
04.08.05.015-2	Reconstrução ligamentar extra articular do joelho	R\$ 578,89	R\$ 1.447,23
04.08.05.016-0	Reconstrução ligamentar intra-Articular do joelho (Cruzado anterior)	R\$ 2.294,32	R\$ 5.735,80
04.08.05.017-9	Reconstrução ligamentar intra-Articular do joelho (Cruzado Posterior c/ Ou s/Anterior)	R\$ 1.602,18	R\$ 4.005,45
04.08.05.019-5	Redução incruenta da luxação/Fratura-Luxação metatarso-Falangiana/ Interfalangiana do pé	R\$ 114,44	R\$ 286,10
04.08.02.019-9	Redução incruenta de fratura da diáfise do úmero	R\$ 114,44	R\$ 286,10
04.08.02.020-2	Redução incruenta de fratura diafisária dos ossos do antebraço	R\$ 115,45	R\$ 288,63
04.08.05.022-5	Redução incruenta de fratura diafisária/Lesão fisária distal da tibia c/ Ou s/ Fratura da fíbula	R\$ 108,25	R\$ 270,63
04.08.02.021-0	Redução incruenta de fratura dos metacarpianos	R\$ 107,24	R\$ 268,10
04.08.05.025-0	Redução incruenta de fratura ou lesão fisária do joelho	R\$ 112,50	R\$ 281,25
04.08.02.015-6	Redução incruenta de fratura/Lesão fisária de cotovelo	R\$ 152,37	R\$ 380,93
04.08.02.016-4	Redução incruenta de fratura/Lesão fisária do extremo proximal do úmero	R\$ 126,01	R\$ 315,03
04.08.05.020-9	Redução incruenta de fratura/Lesão fisária dos metatarsianos	R\$ 114,44	R\$ 286,10
04.08.02.017-2	Redução incruenta de fratura/Lesão fisária no punho	R\$ 107,24	R\$ 268,10
04.08.02.018-0	Redução incruenta de fratura/Luxação de monteggia ou de galeazzi	R\$ 115,45	R\$ 288,63
04.08.05.021-7	Redução incruenta de fratura/Luxação/Fratura-Luxação do tornozelo	R\$ 141,04	R\$ 352,60
04.08.04.019-0	Redução incruenta de luxação coxo femoral traumática/Pós-Artroplastia	R\$ 132,51	R\$ 331,28
04.08.05.027-6	Redução incruenta de luxação femuro-Patelar	R\$ 108,25	R\$ 270,63
04.08.01.013-4	Redução incruenta de luxação ou fratura/Luxação escapulo-Umeral	R\$ 165,99	R\$ 414,98
04.08.05.028-4	Redução incruenta de luxação ou fratura/Luxação subtalar e Intratarsica	R\$ 114,44	R\$ 286,10
04.08.05.029-2	Redução incruenta de luxação ou fratura/Luxação tarso-Metatarsica	R\$ 114,44	R\$ 286,10
04.08.02.022-9	Redução incruenta de luxação/Fratura-Luxação do cotovelo	R\$ 269,80	R\$ 674,50



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

04.08.05.026-8	Redução incruenta de luxação/Fratura-Luxação do joelho	R\$ 108,25	R\$ 270,63
04.08.06.020-4	Reinserção muscular	R\$ 203,29	R\$ 508,23
04.08.05.032-2	Reparo de bainha tendínea ao nível do tornozelo	R\$ 213,30	R\$ 533,25
04.08.01.014-2	Reparo de rotura do manguito rotador (Inclui procedimentos descompressivos)	R\$ 423,51	R\$ 1.058,78
04.08.06.021-2	Ressecção de cisto sinovial	R\$ 91,49	R\$ 228,73
04.08.02.009-1	Ressecção de olecrano e/Ou cabeça de radio	R\$ 309,51	R\$ 773,78
04.08.06.030-1	Ressecção muscular	R\$ 203,29	R\$ 508,23
04.08.06.031-0	Ressecção simples de tumor ósseo/ De partes moles	R\$ 368,03	R\$ 920,08
04.08.06.032-8	Retirada de corpo estranho intra-Articular	R\$ 139,07	R\$ 347,68
04.08.04.021-1	Retirada de enxerto autólogo de íliaco	R\$ 57,61	R\$ 144,03
04.08.06.034-4	Retirada de espaçadores/Outros materiais	R\$ 151,67	R\$ 379,18
04.08.06.035-2	Retirada de fio ou pino intraósseo	R\$ 151,66	R\$ 379,15
04.08.06.036-0	Retirada de fixador externo	R\$ 151,67	R\$ 379,18
04.08.06.037-9	Retirada de placa e/Ou parafusos	R\$ 225,16	R\$ 562,90
04.08.06.038-7	Retirada de prótese de substituição de grandes articulações (Ombro, Cotovelo, Quadril, Joelho)	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.06.039-5	Retirada de prótese de substituição em pequenas e médias Articulações	R\$ 379,71	R\$ 949,28
04.08.06.040-9	Retirada de tração trans-Esquelética	R\$ 225,17	R\$ 562,93
04.08.06.041-7	Retração cicatricial dos dedos c/Comprometimento Tendinoso (Por dedo)	R\$ 205,53	R\$ 513,83
04.08.02.029-6	Revisão cirúrgica de coto de amputação do membro Superior (Exceto mão)	R\$ 171,94	R\$ 429,85
04.08.06.042-5	Revisão cirúrgica de coto de amputação dos dedos	R\$ 207,02	R\$ 517,55
04.08.05.033-0	Revisão cirúrgica de coto de amputação em membro inferior (Exceto dedos do pé)	R\$ 171,94	R\$ 429,85
04.08.05.034-9	Revisão cirúrgica de pé torto congênito	R\$ 344,52	R\$ 861,30
04.08.05.035-7	Sindactilia cirúrgica dos dedos do pé (Procedimento Tipo kelikian)	R\$ 284,06	R\$ 710,15
04.08.05.036-5	Talectomia	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.06.043-3	Tenodese	R\$ 204,09	R\$ 510,23
04.08.06.044-1	Tenolise	R\$ 229,40	R\$ 573,50
04.08.06.045-0	Tenomiiorrafia	R\$ 205,91	R\$ 514,78
04.08.06.046-8	Tenomiotomia/Desinserção	R\$ 208,94	R\$ 522,35
04.08.06.047-6	Tenoplastia ou enxerto de tendão único	R\$ 680,20	R\$ 1.700,50
04.08.06.048-4	Tenorráfia única em túnel osteo-Fibroso	R\$ 421,30	R\$ 1.053,25
04.08.02.030-0	Tenosinovectomia em membro superior (Tenossinovite de quervain)	R\$ 194,89	R\$ 487,23
04.08.05.037-3	Tenosinovectomia em membros inferiores	R\$ 243,81	R\$ 609,53
04.08.05.039-0	Transferência muscular/Tendinoso membro inferior	R\$ 498,16	R\$ 1.245,40
04.08.06.053-0	Transposição/Transferência miotendinoso múltipla	R\$ 346,53	R\$ 866,33
04.08.06.054-9	Transposição/Transferência miotendinoso única	R\$ 214,21	R\$ 535,53
04.08.01.019-3	Tratamento cirúrgico da luxação/Fratura-Luxação escapulo-Umeral aguda	R\$ 301,40	R\$ 753,50
04.08.01.023-1	Tratamento cirúrgico da síndrome do impacto sub-Acromial (Vídeo)	R\$ 295,75	R\$ 739,38
04.08.05.042-0	Tratamento cirúrgico das desinserções das espinhas intercondilares /Epicondilares	R\$ 385,05	R\$ 962,63
04.08.06.056-5	Tratamento cirúrgico de artrite infecciosa das pequenas articulações	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.06.055-7	Tratamento cirúrgico de artrite infecciosa (Grandes e médias articulações)	R\$ 420,20	R\$ 1.050,50
04.08.05.043-8	Tratamento cirúrgico de avulsão do grande e do pequeno trocanter	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.05.044-6	Tratamento cirúrgico de coalizão tarsal	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.02.032-6	Tratamento cirúrgico de dedo em gatilho	R\$ 241,15	R\$ 602,88
04.08.06.057-3	Tratamento cirúrgico de dedo em martelo/Em garra (Mão e pé)	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.06.058-1	Tratamento cirúrgico de deformidade articular por retração teno-Capsulo-Ligamentar	R\$ 377,00	R\$ 942,50



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

04.08.05.049-7	Tratamento cirúrgico de fratura bimalleolar/ Trimaleolar/ Dafratura-Luxação do tornozelo	R\$ 432,14	R\$ 1.080,35
04.08.01.015-0	Tratamento cirúrgico de fratura da clavícula	R\$ 378,70	R\$ 946,75
04.08.05.051-9	Tratamento cirúrgico de fratura da diáfise do fêmur	R\$ 972,97	R\$ 2.432,43
04.08.02.039-3	Tratamento cirúrgico de fratura da diáfise do úmero	R\$ 364,95	R\$ 912,38
04.08.02.040-7	Tratamento cirúrgico de fratura da extremidade/Metáfise distal dos ossos do antebraço	R\$ 253,80	R\$ 634,50
04.08.05.052-7	Tratamento cirúrgico de fratura da patela por fixação interna	R\$ 503,67	R\$ 1.259,18
04.08.05.050-0	Tratamento cirúrgico de fratura de diáfise da tíbia	R\$ 846,36	R\$ 2.115,90
04.08.02.041-5	Tratamento cirúrgico de fratura de extremidades/Metáfise proximal dos ossos do antebraço	R\$ 366,37	R\$ 915,93
04.08.02.042-3	Tratamento cirúrgico de fratura diafisária de ambos os ossos do antebraço (C/Síntese)	R\$ 547,30	R\$ 1.368,25
04.08.02.043-1	Tratamento cirúrgico de fratura diafisária única do rádio/Da ulna	R\$ 265,29	R\$ 663,23
04.08.05.053-5	Tratamento cirúrgico de fratura do calcâneo	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.01.016-9	Tratamento cirúrgico de fratura do colo e cavidade glenóide da escápula	R\$ 379,15	R\$ 947,88
04.08.05.054-3	Tratamento cirúrgico de fratura do pilão tibial	R\$ 465,96	R\$ 1.164,90
04.08.05.055-1	Tratamento cirúrgico de fratura do planalto tibial	R\$ 397,15	R\$ 992,88
04.08.05.056-0	Tratamento cirúrgico de fratura do talus	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.057-8	Tratamento cirúrgico de fratura do tornozelo uni maleolar	R\$ 481,49	R\$ 1.203,73
04.08.05.058-6	Tratamento cirúrgico de fratura inter condileana/ Dos côndilos do fêmur	R\$ 397,15	R\$ 992,88
04.08.05.059-4	Tratamento cirúrgico de fratura lesão fisária ao nível do joelho	R\$ 397,15	R\$ 992,88
04.08.02.044-0	Tratamento cirúrgico de fratura lesão fisária dos ossos do antebraço	R\$ 201,02	R\$ 502,55
04.08.05.061-6	Tratamento cirúrgico de fratura subtrocanteriana	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.05.062-4	Tratamento cirúrgico de fratura supra condileana do fêmur (Metáfise distal)	R\$ 972,97	R\$ 2.432,43
04.08.05.063-2	Tratamento cirúrgico de fratura transtrocanteriana	R\$ 972,97	R\$ 2.432,43
04.08.06.059-0	Tratamento cirúrgico de fratura viciosamente consolidada dos ossos longos exceto da mão e do pé	R\$ 555,83	R\$ 1.389,58
04.08.02.033-4	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária da extremidade Proximal do úmero	R\$ 498,98	R\$ 1.247,45
04.08.02.034-2	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária das falanges da mão (Com fixação)	R\$ 192,60	R\$ 481,50
04.08.02.035-0	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária de epicondilo/ Epitroclea de úmero	R\$ 311,42	R\$ 778,55
04.08.05.045-4	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária de ossos do médio-Pé	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.05.060-8	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária distal de tíbia	R\$ 588,22	R\$ 1.470,55
04.08.02.036-9	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária do côndilo/ Tróclea/Apofisecoronóideoulna/Cabeça do rádio	R\$ 368,64	R\$ 921,60
04.08.02.037-7	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária dos metacarpianos	R\$ 258,26	R\$ 645,65
04.08.05.046-2	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária dos metatarsianos	R\$ 268,43	R\$ 671,08
04.08.05.047-0	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária dos pododactilos	R\$ 336,60	R\$ 841,50
04.08.05.048-9	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária proximal (Colo) do fêmur (Síntese)	R\$ 961,85	R\$ 2.404,63
04.08.02.038-5	Tratamento cirúrgico de fratura/Lesão fisária supra condiliana do úmero	R\$ 499,74	R\$ 1.249,35
04.08.02.045-8	Tratamento cirúrgico de fratura-Luxação de galeazzi/ Monteggia /Essex-Loprest	R\$ 366,37	R\$ 915,93
04.08.02.046-6	Tratamento cirúrgico de fraturas dos ossos do carpo	R\$ 250,56	R\$ 626,40
04.08.02.047-4	Tratamento cirúrgico de gigantismo da mão	R\$ 219,67	R\$ 549,18



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

04.08.05.064-0	Tratamento cirúrgico de gigantismo do pé	R\$ 300,77	R\$ 751,93
04.08.05.065-9	Tratamento cirúrgico de halux valgus c/ Osteotomiado primeiro osso metatarsiano	R\$ 355,81	R\$ 889,53
04.08.05.091-8	Tratamento cirúrgico de halux valgus s/Osteotomiado primeiro osso metatarsiano	R\$ 336,60	R\$ 841,50
04.08.06.060-3	Tratamento cirúrgico de hérnia muscular	R\$ 203,29	R\$ 508,23
04.08.05.066-7	Tratamento cirúrgico de lesão aguda capsulo ligamentar membro inferior (Joelho/Tornozelo)	R\$ 473,83	R\$ 1.184,58
04.08.02.048-2	Tratamento cirúrgico de lesão aguda capsulo-Ligamentar do membro superior: Cotovelo/Punho	R\$ 241,43	R\$ 603,58
04.08.02.049-0	Tratamento cirúrgico de lesão da musculatura Intrínseca da mão	R\$ 222,09	R\$ 555,23
04.08.02.050-4	Tratamento cirúrgico de lesão evolutiva fisaria no membro superior	R\$ 261,64	R\$ 654,10
04.08.04.034-3	Tratamento cirúrgico de luxação espontânea/Progressiva/Paralítica do quadril	R\$ 1.635,27	R\$ 4.088,18
04.08.02.054-7	Tratamento cirúrgico de luxação ou fratura-Luxação do cotovelo	R\$ 311,42	R\$ 778,55
04.08.01.021-5	Tratamento cirúrgico de luxação redicivante	R\$ 379,15	R\$ 947,88
04.08.01.018-5	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação acrômio-Clavicular	R\$ 377,59	R\$ 943,98
04.08.05.068-3	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação ao Nível do joelho	R\$ 397,15	R\$ 992,88
04.08.02.051-2	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação carpo-Metacarpiana	R\$ 208,94	R\$ 522,35
04.08.02.052-0	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação dos ossos do carpo	R\$ 201,02	R\$ 502,55
04.08.06.063-8	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação metatarso inter-Falangeana	R\$ 192,60	R\$ 481,50
04.08.05.069-1	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação metatarso-Falangeana/Inter-Falangeana	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.070-5	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação sub talareintra-Tarsica	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.071-3	Tratamento cirúrgico de luxação/Fratura-Luxação tarso-Metatarsica	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.072-1	Tratamento cirúrgico de metatarso primo varo	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.073-0	Tratamento cirúrgico de pé cavo	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.074-8	Tratamento cirúrgico de pé plano valgo	R\$ 268,42	R\$ 671,05
04.08.05.076-4	Tratamento cirúrgico de pé torto congênito	R\$ 284,06	R\$ 710,15
04.08.02.058-0	Tratamento cirúrgico de pseudartrose ao nível do cotovelo	R\$ 444,08	R\$ 1.110,20
04.08.05.080-2	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo De consolidação/ Perda óssea da região trocanteriana	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.05.081-0	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo De consolidação/ Perda óssea do colo do fêmur	R\$ 1.010,77	R\$ 2.526,93
04.08.02.056-3	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo consolidação/Perda óssea de antebraço	R\$ 471,38	R\$ 1.178,45
04.08.05.082-9	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/ Perda óssea do pé	R\$ 268,41	R\$ 671,03
04.08.02.057-1	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/ Perda óssea do úmero	R\$ 377,31	R\$ 943,28
04.08.05.083-7	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/ Perda óssea metáfise distal do fêmur	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.05.078-0	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/Perda óssea ao nível do tarso	R\$ 298,41	R\$ 746,03
04.08.05.079-9	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/Perda óssea da diáfise do fêmur	R\$ 759,42	R\$ 1.898,55
04.08.05.086-1	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/Perda óssea da diáfise tibial	R\$ 769,41	R\$ 1.923,53
04.08.02.055-5	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/Perda óssea da mão	R\$ 203,12	R\$ 507,80
04.08.05.087-0	Tratamento cirúrgico de pseudartrose/Retardo de consolidação/Perda óssea da metáfise tibial	R\$ 598,61	R\$ 1.496,53



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

04.08.05.084-5	Tratamento cirúrgico de pseudoartrose/Retardo de consolidação ao nível do joelho	R\$ 397,15	R\$ 992,88
04.08.02.060-1	Tratamento cirúrgico de pseudo-Retardo/Consolidação/Perda óssea ao nível do carpo	R\$ 229,29	R\$ 573,23
04.08.01.022-3	Tratamento cirúrgico de retardo de consolidação da pseudoartrose de clavícula/Escapula	R\$ 284,27	R\$ 710,68
04.13.04.020-8	Tratamento cirúrgico de retração cicatricial dos dedos da mão/ Pés/ Comprometimento tendinoso	R\$ 256,23	R\$ 640,58
04.08.06.060-3	Tratamento cirúrgico de retração muscular	R\$ 203,29	R\$ 508,23
04.08.05.088-8	Tratamento cirúrgico de rotura de menisco com sutura meniscal uni/ Bicompatimental	R\$ 578,89	R\$ 1.447,23
04.08.05.089-6	Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial/Total	R\$ 475,80	R\$ 1.189,50
04.08.02.061-0	Tratamento cirúrgico de rotura/ Desinserção/ Arrancamento capsulo-Teno-Ligamentar na mão	R\$ 258,26	R\$ 645,65
04.08.06.070-0	Tratamento cirúrgico de sindactilia simples (Dois dedos)	R\$ 209,82	R\$ 524,55
04.08.02.063-6	Tratamento cirúrgico de sinostose rádio ulnar	R\$ 371,88	R\$ 929,70
04.08.02.064-4	Tratamento cirúrgico p/ Centralização do punho	R\$ 246,43	R\$ 616,08
04.08.05.092-6	Tratamento das lesões osteo-Condrais por fixação ou mosaicoplastia joelho/Tornozelo	R\$ 1.330,37	R\$ 3.325,93
04.08.06.071-9	Videoartroscopia	R\$ 300,00	R\$ 750,00
CIRURGIA DO APARELHO GENITURINÁRIO – FEMININO			
Código	Descrição cirúrgica	Valor SUS (R\$)	Complemento (R\$)
04.09.07.001-7	Alargamento da entrada vaginal	R\$ 199,35	R\$ 498,38
04.09.07.003-3	Colpocleise (Cirurgia de lefort)	R\$ 351,38	R\$ 878,45
04.09.07.008-4	Colpoperineoplastia anterior	R\$ 372,54	R\$ 931,35
04.09.07.005-0	Colpoperineoplastia anterior e posterior	R\$ 472,43	R\$ 1.181,08
04.09.07.006-8	Colpoperineoplastia posterior	R\$ 372,54	R\$ 931,35
04.09.06.004-6	Curetagem semiótica c/ ou s/ Dilatação do colo do útero	R\$ 167,42	R\$ 418,55
04.09.06.005-4	Curetagem uterina em mola hidatiforme	R\$ 137,38	R\$ 343,45
04.09.06.003-8	Excisão tipo 3 do colo uterino	R\$ 443,66	R\$ 1.109,15
04.09.07.015-7	Exérese de glândula de bortholin/Skene	R\$ 224,68	R\$ 561,70
04.09.06.010-0	Histerectomia (Por via vaginal)	R\$ 658,83	R\$ 1.647,08
04.09.06.011-9	Histerectomia c/ Anexectomia bilateral	R\$ 1.103,64	R\$ 2.759,10
04.09.06.012-7	Histerectomia subtotal	R\$ 781,93	R\$ 1.954,83
04.09.06.013-5	Histerectomia total	R\$ 907,93	R\$ 2.269,83
04.09.06.015-1	Histerectomia videolaparoscópica	R\$ 665,32	R\$ 1.663,30
04.09.06.017-8	Histeroscopia cirúrgica com ressectoscópio	R\$ 173,33	R\$ 433,33
04.09.06.018-6	Laqueadura tubária	R\$ 485,48	R\$ 1.213,70
04.09.07.019-0	Marsupialização de glândula de bartolin	R\$ 139,96	R\$ 349,90
04.09.06.019-4	Miomectomia	R\$ 528,94	R\$ 1.322,35
04.09.06.020-8	Miomectomia videolaparoscópica	R\$ 437,46	R\$ 1.093,65
04.09.06.021-6	Ooforectomia/Ooforoplastia	R\$ 509,86	R\$ 1.274,65
04.09.06.023-2	Salpingectomia uni/Bilateral	R\$ 465,59	R\$ 1.163,98
04.09.06.024-0	Salpingectomia videolaparoscópica	R\$ 376,84	R\$ 942,10
04.09.01.049-9*	Sling-Retropúbico	R\$ 386,20	R\$ 965,50
04.09.01.049-9*	Slingtransobturatório	R\$ 386,20	R\$ 965,50
04.09.07.024-6	Tratamento cirúrgico de fistula uretro-vaginal	R\$ 391,30	R\$ 978,25
04.09.07.027-0	Tratamento cirúrgico de incontinência urinária por via vaginal	R\$ 372,89	R\$ 932,23
04.09.01.049-9	Tratamento cirúrgico de incontinência urinária via abdominal	R\$ 386,20	R\$ 965,50
CIRURGIA DO APARELHO GENITURINÁRIO – GERAL			
Código	Descrição cirúrgica	Valor SUS (R\$)	Complemento (R\$)
04.09.05.001-6	Amputação de pênis	R\$ 505,01	R\$ 1.262,53
04.09.04.024-0	Vasectomia	R\$ 438,87	R\$ 1.097,18
04.09.01.006-5	Cistolitotomia e/Ou retirada de corpo estranho de bexiga	R\$ 549,72	R\$ 1.374,30
04.09.01.006-5*	Cistolitotripsia endoscópica	R\$ 549,72	R\$ 1.374,30
04.09.01.007-3	Cistoplastia (Correção de extrofia vesical)	R\$ 1.972,98	R\$ 4.932,45



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

04.09.01.008-1	Cistorrafia	R\$ 549,70	R\$ 1.374,25
04.09.01.009-0	Cistostomia	R\$ 604,29	R\$ 1.510,73
04.09.05.003-2	Correção de hipospadia 1º tempo	R\$ 372,96	R\$ 932,40
04.09.05.004-0	Correção de hipospadia 2º tempo	R\$ 372,96	R\$ 932,40
04.09.05.007-5*	Frenuplastia	R\$ 505,02	R\$ 1.262,55
04.09.01.017-0	Instalação e retirada endoscópica de cateter duplo j	R\$ 218,68	R\$ 546,70
04.07.04.016-1	Laparotomia exploradora	R\$ 637,19	R\$ 1.592,98
04.09.01.018-9	Litotripsia	R\$ 554,00	R\$ 1.385,00
04.09.02.007-9	Meatotomia simples	R\$ 306,58	R\$ 766,45
04.09.01.020-0	Nefrectomia parcial	R\$ 1.205,37	R\$ 3.013,43
04.09.01.021-9	Nefrectomia total	R\$ 1.222,43	R\$ 3.056,08
04.09.01.022-7	Nefrolitotomia	R\$ 1.171,72	R\$ 2.929,30
04.09.01.023-5	Nefrolitotomia percutânea	R\$ 1.147,75	R\$ 2.869,38
04.09.01.029-4	Nefrostomia percutânea	R\$ 859,87	R\$ 2.149,68
04.09.01.030-8	Nefroureterectomia total	R\$ 674,81	R\$ 1.687,03
04.09.04.012-6	Orquidopexia (Bilateral)	R\$ 385,32	R\$ 963,30
04.09.04.013-4	Orquidopexia (Unilateral)	R\$ 360,07	R\$ 900,18
04.09.04.016-9	Orquiectomia (Unilateral)	R\$ 350,13	R\$ 875,33
04.09.04.014-2	Orquiectomia sub capsular bilateral	R\$ 433,62	R\$ 1.084,05
04.09.05.007-5*	Ortofaloplastia	R\$ 505,02	R\$ 1.262,55
04.09.01.031-6	Pielolitotomia	R\$ 658,19	R\$ 1.645,48
04.09.01.032-4	Pieloplastia	R\$ 652,16	R\$ 1.630,40
04.09.01.032-4*	Pieloplastia videolaparoscopica	R\$ 652,16	R\$ 1.630,40
04.09.05.007-5	Plástica total do pênis	R\$ 505,02	R\$ 1.262,55
04.09.05.007-5*	Plicatura peniana	R\$ 505,02	R\$ 1.262,55
04.09.05.008-3	Postectomia	R\$ 219,12	R\$ 547,80
04.09.03.003-1	Prostatectomia radical	R\$ 1.088,40	R\$ 2.721,00
04.09.03.002-3	Prostatectomia suprapubica	R\$ 1.001,71	R\$ 2.504,28
04.09.01.050-2*	Reimplante ureteral (Unilateral)	R\$ 575,93	R\$ 1.439,83
04.09.04.018-5	Reparação e operação plástica do testículo	R\$ 277,48	R\$ 693,70
04.09.07.014-9*	Ressecção de cisto parauretral	R\$ 372,54	R\$ 931,35
04.09.02.009-5	Ressecção de prolapso da mucosa da uretra	R\$ 208,21	R\$ 520,53
04.09.02.010-9	Ressecção e fechamento de fistula uretral	R\$ 372,96	R\$ 932,40
04.09.01.038-3	Ressecção endoscópica de lesão vesical	R\$ 516,61	R\$ 1.291,53
04.09.03.004-0	Ressecção endoscópica de próstata	R\$ 851,58	R\$ 2.128,95
04.09.01.039-1	Retirada percutânea de cálculo ureteral c/Cateter	R\$ 619,66	R\$ 1.549,15
04.09.01.043-0	Tratamento cirúrgico de cistocele	R\$ 372,54	R\$ 931,35
04.09.01.047-2	Tratamento cirúrgico de fistulas ureterais	R\$ 594,71	R\$ 1.486,78
04.09.04.021-5	Tratamento cirúrgico de hidrocele	R\$ 256,97	R\$ 642,43
04.09.07.027-0	Tratamento cirúrgico de incontinência urinaria por via vaginal	R\$ 372,89	R\$ 932,23
04.09.01.049-9	Tratamento cirúrgico de incontinência urinaria via abdominal	R\$ 386,20	R\$ 965,50
04.09.01.051-0	Tratamento cirúrgico de ureterocele	R\$ 618,34	R\$ 1.545,85
04.09.04.023-1	Tratamento cirúrgico de varicocele	R\$ 257,56	R\$ 643,90
04.09.01.054-5	Ureteroenteroplastia	R\$ 674,95	R\$ 1.687,38
04.09.01.055-3	Ureteroenterostomia	R\$ 784,87	R\$ 1.962,18
04.09.01.055-3*	Ureteroenterostomia (Bricker)	R\$ 784,87	R\$ 1.962,18
04.09.01.056-1	Ureterolitotomia	R\$ 1.097,07	R\$ 2.742,68
04.09.01.056-1*	Ureterolitotripsiaflexível* Unilateral	R\$ 1.097,07	R\$ 2.742,68
04.09.01.056-1*	Ureterolitotripsiasemirrigida* Unilateral	R\$ 1.097,07	R\$ 2.742,68
04.09.01.057-0	Ureteroplastia	R\$ 628,96	R\$ 1.572,40
04.09.02.013-3	Ureteroplastia autógena	R\$ 469,55	R\$ 1.173,88
04.09.01.058-8	Ureterostomia cutânea	R\$ 628,96	R\$ 1.572,40
04.09.02.012-5	Uretroplastia (Ressecção de corda)	R\$ 214,08	R\$ 535,20
04.09.02.014-1	Uretroplastia heterogênea	R\$ 410,75	R\$ 1.026,88
04.09.01.056-1*	Uretroplastia*	R\$ 1.097,07	R\$ 2.742,68
04.09.02.016-8	Uretrostomia perineal/ Cutânea/Externa	R\$ 305,29	R\$ 763,23
04.09.02.017-6	Uretrotomia interna	R\$ 319,92	R\$ 799,80



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS AMBULATORIAIS E/OU HOSPITALARES DE MÉDIA COMPLEXIDADE DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS E NOS DEMAIS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A 8ª REGIONAL DE SAÚDE DE ACORDO COM PACTUAÇÕES.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

ENDEREÇO:

TELEFONE e E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS: Banco - Agência - C/C:

Informamos que possuímos capacidade de efetuar a quantidade de procedimentos disposto na tabela abaixo: (informar a quantidade por mês e por ano observando o limite de preço máximo estipulado no edital)

Código	Descrição Cirúrgica	Qtde ofertada por mês	Qtde ofertada por Ano	Valor Unitário	Valor total Ano
TOTAL					

Valor Global da Proposta R\$ _____, (_____) valor por extenso.

Apresentamos nossa proposta conforme o item e valor, estabelecidos neste Edital.

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias;

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e termina no dia 24 de outubro de 2023;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

A entidade vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

Declaramos que conhecemos e aceitamos as condições do Sistema Único de Saúde, que estamos de acordo com o repasse financeiro disponibilizado pela Secretaria de Saúde e que temos disponibilidade para prestar atendimento, conforme as regras fixadas pelo Ministério da Saúde e pela SESA.

Declaramos que temos conhecimento que no preço e o complemento que será pela ARSS descrito neste Edital de Chamamento Público e no respectivo contrato estão inclusas todas as despesas necessárias à execução dos procedimentos contratados, compreendendo-se a realização de consultas para diagnóstico e/ou confirmação da indicação cirúrgica, do pré-operatório, do procedimento e do pós-operatório.

Dois Vizinhos, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável CPF:



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 76.205.640/0001-08, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, representado por seu Prefeito Municipal senhor Luis Carlos Turatto, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado CONTRATANTE, e de outro lado como CONTRATADA, a xxxxx, CNPJ sob o nº xxxxx, com sede a xxxx, CEP: xxxxx, E-mail: xxxxx, fone: xxxxx, responsável legal o(a) Sr(a). xxxx, inscrito no CPF nº xxxx e RG nº xxx, regido pelas Cláusulas e condições a seguir, com base no Procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº xxxx, mediante as seguintes cláusulas e condições, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal em especial aos seus artigos 196 a 200, Lei 8.080/90, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 15.608/2007, Portaria MS/GM nº 161/2010, Portaria 1034/2010 do SUS, Portaria MS/GM nº 3.390/2013, Portaria GM/MS nº 1.606/2001, Resolução SESA nº 1.104/2021, Deliberação CIR nº 39/2022, Leis Municipais nº 2366/2019, nº 2672/2022, Lei Orgânica Municipal e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a **CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS AMBULATORIAIS E/OU HOSPITALARES DE MÉDIA COMPLEXIDADE DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS E NOS DEMAIS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A 8ª REGIONAL DE SAÚDE DE ACORDO COM PACTUAÇÕES.**

Parágrafo Primeiro

Os procedimentos cirúrgicos serão remunerados mediante a produção realizada, programação financeira estabelecida pela Resolução SESA nº 1127/2021, estando o pagamento condicionado a apresentação de fatura registrada no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD) processado e aprovado.

Parágrafo Segundo

Os serviços a serem prestados devem estar de acordo com as pactuações entre os Gestores do SUS, conforme o processo de Regionalização dos Serviços de Saúde e Deliberação CIR nº 39, de 24 de junho de 2022, e suas atualizações.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Parágrafo Terceiro

As especialidades cirúrgicas a serem contempladas para execução dos recursos, serão: sistema osteomuscular, aparelho digestivo, aparelho geniturinário e cirurgia vascular.

Parágrafo Quarto

O contrato tem correlação e interdependência com a deliberação CIR e demais acordos em CIR entre Entes Públicos firmados com os municípios da abrangência da 8ª Regional de Saúde. Ficando estes municípios denominados MUNICIPIO PACTUADO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES e DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução deste contrato o CONTRATANTE e CONTRATADO deverão observar as seguintes condições gerais:

I – O acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS se faz preferencialmente pelas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades conforme pactuação local;

II- O acompanhamento e o atendimento do usuário seguem as regras estabelecidas para a referência e contra referência mediante protocolos de encaminhamento;

III – O atendimento humanizado deverá seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS – PNH;

IV – O atendimento integral das Portaria, Protocolos Técnicos, do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares, do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA/SUS e demais legislações vigentes, referentes ao atendimento e encaminhamento dos usuários do SUS;

V – Acesso universal, igualitário e integral à saúde dos usuários;

VI – Atendimento a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

VII – O atendimento da Resolução SESA nº 207/2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da cláusula antifraude e anticorrupção;

VIII – O atendimento das Portarias do Ministério da Saúde sobre a Política Nacional da Atenção Hospitalar – PNHOSP;

Parágrafo Primeiro - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I- Zelar pela qualidade e resolutividade da assistência;

II- Garantir a igualdade de acesso e assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;

III- Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços de média complexidade com cumprimento de metas;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- IV- Disponibilizar aos usuários atendidos, medicamentos, materiais e serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia (SADT) de Média Complexidade e hospitalização visando garantir a integralidade do atendimento;
- V- Monitorar os seguintes indicadores:
- Tempo médio de permanência na clínica cirúrgica;
 - Taxa de mortalidade institucional;
 - Taxa de infecção de cirurgias limpas;
 - Taxa de Ocupação de Leitos;
 - Taxa de Infecção sítio cirúrgico.
- VI- Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização;
- VII- Assegurar a alta hospitalar responsável e segura ao paciente em conformidade com o Programa de Atenção Domiciliar;
- VIII- Implantar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
- IX- Implantar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos e apresentá-los para avaliação da contratante;
- X- Implantar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;
- XI- Disponibilizar o acesso dos prontuários médicos à Auditoria, bem como aqueles de direito, de acordo com o Código de ética Médica;
- XII- Realizar todas as notificações compulsórias classificadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) bem como as patologias suspeitas de violência e negligência, de acordo com as legislações específicas;
- XIII- Disponibilizar informações aos pacientes sobre as intervenções clínicas e cirúrgicas a que irão se submeter, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido por escrito para a realização destes procedimentos, conforme legislações específicas;
- XIV- Disponibilizar em caso de falta de leitos de enfermaria, acomodações adequadas aos usuários com indicação de hospitalização até que haja leito disponível no tipo de acomodação enfermaria e puder ser efetuada a troca de acomodação;
- XV- Disponibilizar de estrutura física e de recursos humanos e tecnológicos de forma a atender os serviços contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;
- XVI- Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tampouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se, inclusive em sede penal, por qualquer cobrança ilegal ao usuário do SUS;

XVII- Disponibilizar brinquedoteca, assim como oferecer a infraestrutura necessária para a criança ou adolescente internado estudar, observada a realidade local;

XVIII- Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;

XIX- Assegurar a educação permanente aos seus trabalhadores;

XX- Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;

XXI- Encaminhar guia de autorização para realização do procedimento indicado ao Gestor municipal do município de origem do paciente para que autorize a realização do mesmo.

XXII- Permitir o acesso nas áreas de atendimento, desde que devidamente identificados, como também paramentados quando assim o ambiente exigir, aos membros do Conselho Municipal de Saúde e da Comissão de Acompanhamento, desde que comunicado com antecedência;

XXIII- Atender as Cláusulas anticorrupção;

XXIV- Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários, em local visível e de fácil acesso;

XXV- Monitorar a assistência e o controle de riscos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;

XXVI- Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores qualitativos e quantitativos estabelecidos no Documento Descritivo;

XXVII- Dispor de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento aos usuários, por canais que facilitem o acesso tais como: telefone, e-mail, presencial;

XXVIII- Disponibilizar dados e alimentar os Sistemas de Informações classificados como obrigatórios pela gestão Municipal/Estadual ou Federal:

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
- Sistema de Informações Hospitalares SUS (SIH-SUS);
- Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN);
- Sistema de Informações sobre nascidos vivos (SINASC);
- Sistema de informações sobre mortalidade (SIM);
- Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);
- Notifica COVID;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

XXIX- Responsabilizar-se pela utilização de pessoal necessário à execução do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;

XXX- Permitir a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste CONTRATO pelos órgãos competentes do SUS e pela Municipalidade, não sendo excluída a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos das suas ações e ou legislação aplicável;

XXXI- Responsabilizar-se integralmente pela indenização em caso de dano ao usuário, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados ou prepostos;

XXXII- Realizar os atendimentos nas dependências do prestador, sendo vedado o encaminhamento a consultórios privados;

XXXIII- Disponibilizar a totalidade de ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do Gestor do Contrato;

XXXIV- Responsabilizar-se em preencher os laudos de autorização hospitalar de caráter eletivo e os de urgência/emergência com clareza e de forma legível, solicitando os procedimentos necessários verificados durante avaliação médica;

XXXV- Justificar-se à contratante, por escrito, quando alegar razões técnicas sobre a decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato;

XXXVI- Responsabilizar-se em manter todas as informações pertinentes em prontuário médico conforme orientações do Ministério da Saúde, Portaria nº 1.820/2013 e Conselho Federal de Medicina, seguindo a mesma padronização ordenada em todos os prontuários, destinando-se ao registro dos cuidados que foram prestados aos usuários por todos os profissionais de saúde;

XXXVII- Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS.

Parágrafo Segundo - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I- Definir área territorial de abrangência e a população de referência do Hospital contratado;

II- Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial do hospital;

III- Financiar de forma tripartite as ações e serviços de saúde contratualizados;

IV- Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão;

V- Implementar protocolos para regulação do acesso da RAS e regular as ações e serviços de saúde contratualizados;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

VI- Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento de Contratualização, através de Portaria publicada, que deverá reunir-se trimestralmente para monitorar e avaliar os indicadores de desempenho do Documento Descritivo. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 (dois) Representantes Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;
- 01 (um) Representante do CRESEMS;
- 01 (um) Representante da 8ª Regional de Saúde;
- 01 (um) Representante do CONTRATADO

VII- Controlar, avaliar, regular e auditar as ações e serviços de saúde contratualizados, na forma de:

- Dispositivos e autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar;
- Monitoramento da produção de acordo com o previsto neste contrato;
- Monitoramento e avaliação das metas por meio dos indicadores qualitativos e quantitativos;

VIII- Investigar denúncias de qualquer ação e de cobrança indevida dos serviços de saúde contratualizados;

IX- Alimentar dados e processar os sistemas:

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
- Sistema de Informações Hospitalares SUS (SIH-SUS);
- Sistema Nacional de Agravo de Notificação (SINAN);
- Sistema de Informações sobre nascidos vivos (SINASC);
- Sistema de informações sobre mortalidade (SIM);
- Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);
- Notifica COVID;

X- Realizar o pagamento após processamento e faturamento da produção e conforme transferência de recursos do Tesouro Estadual e Tesouros Municipais de Saúde dos Municípios credenciados para o Programa com devida pactuação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os procedimentos cirúrgicos deverão seguir o fluxo descrito:

I - O município de origem do recurso deverá encaminhar o paciente ao estabelecimento que será credenciado para prestação do serviço pelo município de Dois Vizinhos para realização de avaliação cirúrgica, consultas pré e pós-operatórias e será responsável por todos os custos diretos e indiretos decorrentes desta.

II - Após avaliação cirúrgica o prestador do serviço deverá encaminhar a Auditoria Médica de Dois Vizinhos a solicitação para autorização do procedimento;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

a) A auditoria será realizada por médico auditor do município de Dois Vizinhos, com base na solicitação do cirurgião e documentos que auxiliem na evidência da necessidade de realização do procedimento cirúrgico.

III – A Auditoria Municipal após análise encaminhará ao Prestador do serviço a liberação e/ou recusa cirúrgica, caso haja recusa a mesma será justificada e poderá ser corrigida e reenviada a auditoria municipal para nova avaliação;

IV – O município de origem na pessoa do Gestor municipal emitirá guia para autorização do procedimento, conforme valores pactuados em reunião da Comissão Intergestores Regional - CIR, e que estarão relacionados junto ao Edital de Chamamento Público da ARSS referente ao ano vigente, e encaminhará ao prestador;

a) Os valores complementares serão cobrados pela Associação Regional de Saúde do Sudoeste ARSS ao município de origem do paciente, por meio de boletos apenas dos procedimentos já realizados.

b) A relação dos valores atinentes à complementação estará prevista no Edital de Chamamento Público da ARSS do ano vigente.

V – Realizado o procedimento a Autorização de Internação Hospitalar - AIH ou Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC deverão ser encaminhadas pelo prestador a Auditoria Municipal de Dois Vizinhos para autorização de faturamento;

VI – Após a realização, apresentação e faturamento nos sistemas de Informações Oficiais do SUS, o município de Dois Vizinhos, encaminhará aos municípios de origem relatório da produção apresentada;

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

Pela disponibilização dos serviços descritos na Cláusula Primeira o CONTRATANTE fará o repasse ao CONTRATADO da importância de até R\$ XXXXXX, conforme produção faturada e repasse das parcelas do Programa Opera Paraná.

Parágrafo Primeiro

Os procedimentos utilizarão como referência o previsto no sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamento e OPMs do SUS – Sigtap, acrescido do percentual de até 150% (cento e cinquenta por cento), conforme Resolução SESA nº 1127/2021.

Parágrafo Segundo

A composição dos valores de pagamento do atendimento cirúrgico eletivo será realizada considerando a linha de cuidado por especialidade, que contemplará a realização do diagnóstico, da consulta pré-operatória, do procedimento e do pós-operatório.

CLAUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do cumprimento deste convênio serão suportadas com recursos dos MUNICIPIOS PACTUADOS, TESOURO ESTADUAL e FUNDO MUNICIPAL DE



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

SAÚDE DE DOIS VIZINHOS, ficando condicionado a transferência via Fundo a Fundo ao Município de Dois Vizinhos, sendo que:

Parágrafo Primeiro

Os valores referentes aos procedimentos que são vinculados ao valor financeiro constante na SIGTAP adicionado o percentual relativo ao Programa Opera Paraná, serão transferidos pelos municípios pactuados via Fundo Municipal de Saúde ou Fundo Estadual de saúde conforme gestão do teto MAC (Média e Alta complexidade) ao Fundo Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, oriundos da transferência das parcelas pelo referido Programa;

Parágrafo Segundo

Caso os valores estipulados para realização dos procedimentos cirúrgicos contemplados pelo Programa Opera Paraná, sejam superiores aos suportados pelo referido programa, o município de origem do usuário deverá realizar a complementação com recursos próprios, tendo como base Edital de Chamamento Público da ARSS do ano vigente, conforme deliberado pela Comissão Intergestores Regional (CIR).

Parágrafo Terceiro

O CONTRATANTE efetuará o pagamento ao CONTRATADO dos recursos vinculados ao Programa Opera Paraná, após a transferência de recursos vinculados aos MUNICÍPIOS PACTUADOS, caso a transferência não seja efetivada, fica o CONTRATANTE dispensado de realizar o pagamento ao prestador com recursos próprios, respondendo o MUNICÍPIO PACTUADO diretamente ao prestador.

CLAUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O CONTRATADO será responsável por todos os danos causados aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros quando da execução dos serviços objeto deste contrato, que decorram de ação ou omissão, negligência ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais autônomos ou prepostos, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

CLAUSULA SÉTIMA – PROCESSAMENTO E PAGAMENTO

Para efeito de processamento de informações, a competência inicia-se no 1º dia de cada mês e segue até o último dia do mês. As contas, ambulatoriais e hospitalares deverão ser encaminhadas até o dia 12 (doze) do mês subsequente a prestação dos serviços para serem conferidas pela Auditoria Municipal;

Parágrafo Primeiro

As contas rejeitadas serão devolvidas ao Contratado até o dia 18 (dezoito) do mês subsequente a prestação dos serviços para correções porventura cabíveis e reapresentação no mês seguinte ao de sua primeira apresentação e irá integrar este lote para fins de auditoria e pagamento;

Parágrafo Segundo

Após o término da conferência pelo setor de Auditoria municipal, o prestador deve encaminhar os arquivos de transferência SIH e SIA até o dia 20 (vinte) de cada mês a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. No caso de alteração no formato do processamento, o prestador deverá cumprir com as mesmas;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Parágrafo Terceiro

O serviço contratado responsabilizar-se-á por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do processamento, com exceção de falhas decorrentes do Sistema do Departamento de Informática do SUS (DATASUS).

Parágrafo Quarto

O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do fiscal e gestor do contrato da Nota Fiscal que deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a regularidade com a Certidão Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

Parágrafo Quinto

Para execução do pagamento, a contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição dos serviços prestados o número do Contrato ou Aditivo se houver, o preço total, a razão social da Fundo Municipal de Saúde, CNPJ/MF nº 08.889.455/0001-11, informando o número da conta corrente, nome do banco e a respectiva agência onde deseje receber seus créditos.

Parágrafo Sexto

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

(Entende-se por aceitação da nota fiscal, a entrega dos anexos devidamente preenchidos atendendo o cumprimento da instrução normativa Municipal – IN 01/2018, deverá ainda, vir atestada pelo gestor e fiscal do Contrato).

Parágrafo Sétimo

As despesas com a execução deste edital correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03962	08.001.10.302.0007.2045	01111
03680	08.001.10.301.0007.2044	00000
03710	08.001.10.301.0007.2044	00000

Parágrafo Oitavo: FONTES RECURSOS

a) Recurso Estadual: fonte 01111 específica para transferência de valores pelos Municípios Pactuados para realização do objeto desta licitação e Fonte Livre Municipal;

Parágrafo Nono

A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Décimo

Deverá constar na nota fiscal:

Número do Chamamento Público.

Número da Inexigibilidade.

Número do Contrato. Número do Aditivo, se houver.

Recebimento atestada pelo Gestor Municipal de Saúde.

Especificar (local, ou emitir relatório de serviços realizados).

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

CLAUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, cuja publicação do ato, ocorrerá logo após sua assinatura.

Parágrafo único

A rescisão será automática, quando da revogação da Resolução SESA nº 1104/2021 com a publicação no diário Oficial do Estado.

CLAUSULA NONA – DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

Cabe as partes atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que:

- I) Atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que: O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco.
- II) Em consequência desta política, o Banco:
- a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
- (i) “prática corrupta”: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
- (ii) “prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- (iii) “prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- (iv) “prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (v) “prática obstrutiva”: significa:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco¹³, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado:

(i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e

(ii) para ser designado¹⁴ subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco;

CLAUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

Do gestor: Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) contrato(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

Parágrafo Primeiro

Do fiscal do contrato: Caberá a fiscalização do contrato ao Sr. Rafael Rugério Dutra;

Parágrafo Segundo

Do suplente de fiscal: Sr(a). Andrea Regina Pellin Cagnini.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Terceiro

A fiscalização por parte dos CONTRATANTES e da Comissão de Acompanhamento não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO e em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

Parágrafo Quarto

Havendo irregularidades na execução do objeto do presente contrato, o CONTRATADO deverá ser notificado, oportunizando sua manifestação e determinação de prazo para regularização da ocorrência. Caso não haja sucesso na solução do problema, será instaurado processo administrativo interno para apuração de penalidade administrativa fazendo constar o descumprimento contratual devidamente instruído documentalmente bem como o prejuízo acarretado ao CONTRATANTE;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O contrato poderá ser alterado mediante a celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento, especificamente nos casos previstos em Lei, exceto no seu objeto.

Parágrafo Primeiro

Por se tratar de remuneração por serviços produzidos, havendo futuras alterações em decorrências de expansão de serviços, seja por aumento quantitativo da oferta de serviços, credenciamento/habilitações, pactuações/repactuações entre gestores do SUS.

Parágrafo Segundo

No caso de descredenciamento/desabilitação de serviços prestados pelo CONTRATADO, o contrato será revisado pelas partes, mediante elaboração de Termo Aditivo, deduzindo-se, se necessário, o valor correspondente à área de assistência desabilitada/descredenciada.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão será automática, quando da revogação da Resolução SESA nº 1104/2021 com a publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Primeiro

O contrato poderá ser rescindido pelo município respeitando as hipóteses da Lei nº 8666/93, e pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo Município.

Parágrafo Segundo

Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do Município, Estado ou do Ministério da Saúde.

Parágrafo Terceiro

Pelo não cumprimento na entrega dos relatórios mensais e anuais ou paralisação imotivada na prestação de serviços, sem justa causa e sem comunicação prévia a Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV).

Parágrafo Quarto

Pela cobrança ao usuário na realização dos serviços objeto do CONTRATO.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Quinto

A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do CONTRATO nas seguintes hipóteses:

- I – O não cumprimento das cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.
- II – Atraso no pagamento das faturas pela CONTRATANTE, aqui entendido atraso continuado de pelo menos 3 (três) meses consecutivos;
- III – Caberá à CONTRATADA notificar o CONTRATANTE, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando o fim da prestação dos serviços contratados, tendo a CONTRATANTE um prazo de 6 (seis) meses para adequação do serviço em outro prestador. Durante esse período cabe a CONTRATADA permanecer executando os serviços.

Parágrafo Sexto

O Conselho Municipal de Saúde e a Comissão Intergestores Regional (CIR) deverá ser comunicado sobre a decisão de rescisão, bem como das medidas adotadas pelo gestor visando a não desassistência à população usuária do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Sétimo

Em caso de rescisão unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo credenciamento, devendo a CONTRATANTE comunicar a rescisão/descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e a CONTRATADA comunicar a rescisão/descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

O contrato deve contar com uma Comissão de Acompanhamento de Contratualização, composta por membros do CONTRATANTE, na figura da Secretaria Municipal de Saúde, do CONTRATADO. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 (dois) Representantes Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;
- 01 (um) Representante do CRESEMS;
- 01 (um) Representante da 8ª Regional de Saúde;
- 01 (um) Representante do CONTRATADO

Parágrafo Primeiro

Esta Comissão de Acompanhamento de Contratualização será nomeada por meio de Portaria municipal em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e avaliará o cumprimento dos indicadores do documento descritivo mensalmente;

Parágrafo Segundo

A Comissão desenvolverá relatório de avaliação o qual, trimestralmente, deverá ser assinado por todos os membros em quatro vias. Uma cópia será entregue ao Departamento de Auditoria, Controle e Avaliação da SMS; outra ao Gestor e Fiscal do contrato; outra será enviada juntamente a Nota Fiscal para a Secretaria de Administração e Finanças do Município e a quarta encaminhada ao prestador;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Terceiro

A qualquer momento da vigência deste contrato os representantes dos CONTRATANTES ou da comissão poderão visitar as instalações do CONTRATADO para verificar condições de higiene, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que influenciem no fornecimento dos serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes.

Parágrafo Quarto

A existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias da regulação e auditoria, bem como do Fiscal e Gestor do contrato que serão sistematicamente desenvolvidas e realizadas;

Parágrafo Quinto

A Comissão poderá solicitar relatórios ao Gestor Municipal oriundos do banco de dados do DATASUS, auditoria, sistema próprio da SMS, Vigilância Sanitária (VISA), relatórios internos do prestador, e demandas oriundas do controle social para mensurar o desempenho no período avaliado do Hospital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de má execução do objeto, que deve ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante credenciada que deixar de assinar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Parágrafo Segundo

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo Terceiro

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto

Com fundamento no artigo 154 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

Parágrafo Quinto

Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

Parágrafo Sexto

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal n.º 8.078 de 11/09/90;

Parágrafo Sétimo

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos decorrentes da execução do Contrato, serão resolvidos de comum acordo entre as partes remetendo à autoridade superior da Prefeitura Municipal para decisão, tudo em conformidade com as disposições da Lei federal nº 8666/96 e suas atualização e, no que couber supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições do direito administrativo.

Parágrafo único

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão Intergestores Regional – 8ª Regional de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Primeiro

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito.

Dois Vizinhos, de de 2022

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Empresa
CNPJ



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

MINUTA DOCUMENTO DESCRITIVO ANEXO I AO CONTRATO

O presente Documento Descritivo é parte integrante do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº xxxx e foi elaborado pelo Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS de Dois Vizinhos, instrumento no qual são apresentadas as suas áreas de atuação, ações, serviços, atividades e metas qualitativas e quantitativas estabelecidas a serem monitoradas para o acompanhamento e avaliação da efetividade deste contrato.

Este instrumento tem como base a Resolução SESA nº 1104/2021 que institui o Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná – OPERA PARANÁ e Deliberação CIR nº 039/2022 de 24 de junho de 2022 que repactua recursos do Opera Paraná no âmbito da 8ª Regional de Saúde.

1. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização para realização de procedimento cirúrgico de caráter eletivo, compreenderá o conjunto de atendimento oferecidos ao usuário incluindo consulta pré-operatória, do procedimento e do pós-operatório, terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar, inclusive às relacionadas a todos os tipos de órteses, Próteses e Materiais – OPM, contempladas na tabela unificada do SUS; respeitando-se o cadastramento de serviços e as habilitações do hospital.

No processo de hospitalização estão incluídos:

- Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação hospitalar;
- Tratamentos concomitantes, diferentes daqueles classificados como principal que motivaram a internação do usuário, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais do usuário e/ou outras causas;
- Tratamento medicamentoso disponibilizado pelo SUS aos seus usuários, requerido durante o processo de internação;
- Procedimentos e cuidados de enfermagem, necessários durante o processo de internação;
- Alimentação, incluída a assistência nutricional e alimentação enteral;
- Alimentação aos pacientes e acompanhantes de acordo com legislação específica e/ou por prescrição em prontuário médico;
- Assistência por equipe médica especializada, pessoal de enfermagem, pessoal técnico e equipe multidisciplinar necessária;
- Utilização do Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
- O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário, devido às condições especiais do usuário e/ou quarto de isolamento;
- Acompanhante para os usuários de acordo com legislação ou a critério de indicação clínica;
- Sangue e hemoderivados;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- Quando ocorrer a necessidade de UTI o paciente será encaminhado a Central de Regulação Regional;
- Fornecimento de roupas hospitalares;
- Exames de apoio diagnóstico e terapêutico, além de procedimentos especiais que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando-se o cadastramento no CNES e a complexidade do hospital.

2. CIRURGIAS ELETIVAS

2.1 Realizar cirurgias de média complexidade conforme liberado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Dois Vizinhos e autorizado pelos Municípios Pactuados.

2.2 Respeitar a fila de espera, realizando as cirurgias conforme pactuado pela comissão Intergestores Regional (CIR) – 8ª Regional de Saúde;

2.3 Os procedimentos cirúrgicos deverão seguir o fluxo descrito:

I - O município de origem do recurso deverá encaminhar o paciente ao estabelecimento que será credenciado para prestação do serviço pelo município de Dois Vizinhos para realização de avaliação cirúrgica, consultas pré e pós-operatórias e será responsável por todos os custos diretos e indiretos decorrentes desta.

II - Após avaliação cirúrgica o prestador do serviço deverá encaminhar a Auditoria Médica de Dois Vizinhos a solicitação para autorização do procedimento;

- b) A auditoria será realizada por médico auditor do município de Dois Vizinhos, com base na solicitação do cirurgião e documentos que auxiliem na evidenciação da necessidade de realização do procedimento cirúrgico.

III – A Auditoria Municipal após análise encaminhará ao Prestador do serviço a liberação e/ou recusa cirúrgica, caso haja recusa a mesma será justificada e poderá ser corrigida e reenviada a auditoria municipal para nova avaliação;

IV – O município de origem na pessoa do Gestor municipal emitirá guia para autorização do procedimento, conforme valores pactuados em reunião da Comissão Intergestores Regional - CIR, e que estarão relacionados junto ao Edital de Chamamento Público da ARSS referente ao ano vigente, e encaminhará ao prestador;

- c) Os valores complementares serão cobrados pela Associação Regional de Saúde do Sudoeste ARSS ao município de origem do paciente, por meio de boletos apenas dos procedimentos já realizados.
- d) A relação dos valores atinentes à complementação estará prevista no Edital de Chamamento Público da ARSS do ano vigente.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

V – Realizado o procedimento a Autorização de Internação Hospitalar - AIH ou Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC deverão ser encaminhadas pelo prestador a Auditoria Municipal de Dois Vizinhos para autorização de faturamento;

VI – Após a realização, apresentação e faturamento nos sistemas de Informações Oficiais do SUS, o município de Dois Vizinhos, encaminhará aos municípios de origem relatório da produção apresentada;

2.4 Para pagamento do incentivo pela realização de cirurgias eletivas provenientes dos encaminhamentos e fila de usuários do SUS, devidamente regulados, o prestador contratualizado apresentará mensalmente arquivo para faturamento via Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD);

2.5 Caberá ao prestador o fluxo de agendamento das cirurgias eletivas pré-autorizados pelas SMS, de acordo com a disponibilidade do corpo clínico e do centro cirúrgico.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As despesas decorrentes do cumprimento deste convênio serão suportadas com recursos dos MUNICÍPIOS PACTUADOS, TESOIRO ESTADUAL e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOIS VIZINHOS, ficando condicionado a transferência via Fundo a Fundo ao Município de Dois Vizinhos, sendo que:

3.1.1 Os valores referentes aos procedimentos que são vinculados ao valor financeiro constante na SIGTAP adicionado o percentual relativo ao Programa Opera Paraná, serão transferidos pelos municípios pactuados via Fundo Municipal de Saúde ou Fundo Estadual de saúde conforme gestão do teto MAC (Média e Alta complexidade) ao Fundo Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, oriundos da transferência das parcelas pelo referido Programa;

3.1.2 Caso os valores estipulados para realização dos procedimentos cirúrgicos contemplados pelo Programa Opera Paraná, sejam superiores aos suportados pelo referido programa, o município de origem do usuário deverá realizar a complementação com recursos próprios, tendo como base Edital de Chamamento Público da ARSS do ano vigente, conforme deliberado pela Comissão Intergestores Regional (CIR).

3.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento ao CONTRATADO dos recursos vinculados ao Programa Opera Paraná, após a transferência de recursos vinculados aos MUNICÍPIOS PACTUADOS, caso a transferência não seja efetivada, fica o CONTRATANTE dispensado de realizar o pagamento ao prestador com recursos próprios, respondendo o MUNICÍPIO PACTUADO diretamente ao prestador.

4 INDICADORES QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

4.1 Os indicadores quantitativos e qualitativos serão avaliados trimestralmente conforme produção apresentada e processada pelos Sistemas Governamentais do SUS.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

4.2 Os indicadores quantitativos serão apurados mensalmente e remunerados de forma pós-fixada de acordo com os valores apresentados na produção nos sistemas SIA e SIHD.

4.3 Cada município pactuado terá um quantitativo definido em resolução da CIR para realização dos procedimentos enquanto estiver vigente a Resolução SESA nº 1.104/2021.

4.4 Os indicadores quantitativos são os que podem ser quantificáveis por meio de números e informações apresentadas pelo prestador por meio da produção de serviços e que possuem fonte de custeio especial como por exemplo Programa Opera Paraná, FAEC, etc. A produção será regulada, auditada e avaliada pela Auditoria Municipal e pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização, de acordo com os indicadores de limite descritos abaixo, porém, o resultado não será contabilizado para pontuação de desempenho:

Grupo de procedimento	Produção Mensal
Cirurgias do sistema osteomuscular	20
Cirurgias do aparelho digestivo	20
Cirurgias do aparelho geniturinário	20
Cirurgias vascular	10

4.5 Os indicadores qualitativos serão mensurados conforme segue:

Indicador	Nome do indicador	Fórmula de cálculo	Meta
01	Tempo médio de permanência na clínica cirúrgica	Para o cálculo do Tempo médio de permanência da Internação Cirúrgica não serão consideradas as internações de Hospital Dia.	3 dias
02	Taxa de mortalidade institucional	Total de óbitos ocorridos em pacientes ≥ 24 horas de admissão, no período / total de saídas x 100	2%
03	Taxa de infecção de cirurgias limpas	(nº de casos de infecção em cirurgias limpas no mês/nº de saídas no mesmo período) x 100	5%
04	Taxa de Ocupação de Leitos	(nº de pacientes-dia / nº de leitos ativos por dia em determinado período) x 100	80%
05	Taxa de infecção de cirurgias limpas	(nº de casos de infecção em cirurgias limpas no mês/nº de saídas no mesmo período) x 100	5%
06	Taxa de Infecção sítio cirúrgico	(nº de casos de infecção sítio cirúrgico no mês/nº de saídas no mesmo período) x 100	5%
07	Disponibilizar mensalmente a SMS relatório com lista de pacientes que aguardam a realização de cirurgias, contendo: nome, município, procedimento	Apresentar relatório com a lista de pacientes que aguardam a realização de cirurgias e justificar período superior a 60 dias de aguardo.	01



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	indicado, especialidade, profissional médico responsável pela cirurgia e data da consulta inicial. Garantir a obediência da ordem cronológica e necessidade clínica, observando os critérios conforme as solicitações e autorizações dos laudos na		
08	Resolutividade em relação aos procedimentos cirúrgicos eletivos.	Ultrapassou > 60 dias de aguardo da totalidade dos pacientes encaminhados. Pontuação abaixo: < 10% de pacientes: 15 pontos > 10 a 20%: 10 pontos > 20%: 0 pontos	>60 dias

4.6 Os indicadores quantitativos e qualitativos serão avaliados mensalmente conforme produção apresentada e processada pelos Sistemas Governamentais do SUS.

4.7 Os indicadores quantitativos serão apurados mensalmente e remunerados de forma pós-fixada de acordo com os valores apresentados na produção nos sistemas SIA e SIHD.

Dois Vizinhos, XXXXX.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Proponente
CNPJ:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Relatório de Monitoramento Contrato

Período de avaliação:

Entidade:		
CNPJ:		CNES:
Nome do responsável pela instituição:		Função/Cargo:
Município:		RS:
Telefone:	Fax:	E-mail:

INDICADORES QUANTITATIVOS

Ambulatoriais	Meta	Resultado	Pontuação atribuída	% atingido	Pontuação alcançada
Cirurgias do sistema osteomuscular	20		25		
Cirurgias do aparelho digestivo	20		25		
Cirurgias do aparelho geniturinário	20		15		
Cirurgias vascular	10		20		
Total	70		100		

I - É responsabilidade do Hospital realizar os exames e todos os procedimento autogerados em sua estrutura necessários para o atendimento integral e resolutivo do usuário, em conformidade com as tabelas pactuadas;

Faixas de desempenho

Pontuação atribuída	% Atingido	Pontuação alcançada	Pontuação	% Atingido	Pontuação alcançada
25	0% a 25%	6,5	15	0% a 25%	3,75
	26% a 50%	13		26% a 50%	7,5
	51% a 75%	19,5		51% a 75%	11,25
	76% a 100%	25		76% a 100%	15
20	0% a 25%	5			
	26% a 50%	10			
	51% a 75%	15			
	76% a 100%	20			



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

Pontuação atingida	Faixa de desempenho

INDICADORES QUALITATIVOS

A avaliação dos indicadores qualitativos refere-se ao que não é mensurável, referem-se à qualidade dos atendimentos prestados.

Nº	Nome do indicador	Fórmula de cálculo	Meta	Resultado	Pontuação atribuída	% atingido	Pontuação alcançada
01	Tempo médio de permanência na clínica cirúrgica	Para o cálculo do Tempo médio de permanência da Internação Cirúrgica não serão consideradas as internações de Hospital Dia.	3 dias		10		
02	Taxa de mortalidade de institucional	Total de óbitos ocorridos em pacientes ≥ 24 horas de admissão, no período / total de saídas x 100	2%		10		
03	Taxa de infecção de cirurgias limpas	(nº de casos de infecção em cirurgias limpas no mês/nº de saídas no mesmo período) x 100	5%		15		
04	Taxa de Ocupação de Leitos	(nº de pacientes-dia/ nº de leitos ativos por dia em determinado período) x 100	80%		10		
05	Taxa de infecção de	(nº de casos de infecção em cirurgias	5%		15		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	cirurgias limpas	limpas no mês/nº de saídas no mesmo período) x 100					
06	Taxa de Infecção sítio cirúrgico	(nº de casos de infecção sítio cirúrgico no mês/nº de saídas no mesmo período) x 100	5%		15		
07	Disponibili- zar mensalme- nte a SMS relatório com lista de pacientes que aguardam a realização de cirurgias, contendo: nome, município, procedim- ento indicado, especialid- ade, profission- al médico responsáv- el pela cirurgia e data da consulta inicial. Garantir a obediênci- a da ordem cronológic	Apresentar relatório com a lista de pacientes que aguardam a realização de cirurgias e justificar período superior a 60 dias de aguardo.	01		10		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	a e necessida de clínica, observan do os critérios conforme as solicitaçã o e autorizaçõ es dos laudos na						
08	Resolutivi dade em relação aos procedim entos cirúrgicos eletivos.	Ultrapassou > 60 dias de aguardo da totalidade dos pacientes encaminhados. Pontuação abaixo: < 10% de pacientes: 15 pontos > 10 a 20%: 10 pontos > 20%: 0 pontos			15		

Pontuação atribuída	% Atingido	Pontuação alcançada	Pontuação	% Atingido	Pontuação alcançada
15	0% a 25%	3,75	10	0% a 25%	2,5
	26% a 50%	7,5		26% a 50%	5
	51% a 75%	11,25		51% a 75%	7,5
	76% a 100%	15		76% a 100%	10

Pontuação atingida	Faixa de desempenho

**PARTICIPANTES DA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO A CONTRATUALIZAÇÃO**

Nome completo	Representação	Assinatura



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO IV
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
 Ref.: Chamamento nº 009/2022

RAZÃO SOCIAL e CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

NOME DA FANTASIA:
RAMO DE ATIVIDADE Nº:
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:

4- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** dirigente desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6- Declaração de Nepotismo: Declaramos que o proprietário, administrador ou dirigente da entidade pelos serviços contratados não exerce cargo de chefia ou função de confiança no SUS. (Art. 26, § 4º, Lei Federal nº 8.080/90 – Decreto Estadual nº 2.485/2019).

7- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

8- Declaramos que nos responsabilizamos pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concordamos em prestar os serviços objeto deste edital em nosso estabelecimento, conforme valores contratantes na proposta apresentada, sem cobrança adicional.

9- Declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responder judicialmente pelas inconsistências encontradas.

10- Declaramos que o preposto da nossa empresa será: nome _____, CPF _____, RG _____, e-mail para contato _____, número fone fixo se houver para contato _____, número fone celular _____. (Em caso de alteração das informações descritas na declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficiar o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

11- Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

12- Declaramos que atendemos à Política Pública Ambiental de Licitação Sustentável; (Lei Estadual nº 20.132/2020);

13- Declaro, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Chamamento Público e seus anexos, e declaro ainda que **ATENDO PLENAMENTE** aos requisitos necessários para habilitação e proposta e que **CUMPRO PLENAMENTE** os requisitos de habilitação.

_____, _____, _____ de 2022.
Local e Data

Assinatura do Responsável
Carimbo com nº CNPJ



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO V
CARTA DE CREDENCIAMENTO
(modelo de declaração)

FORA DO ENVELOPE

À Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Comissão de Licitações
Ref.: Chamamento Público n.º 009/2022

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., estabelecida através do presente, credenciamos o Sr., portador da cédula de identidade nº do CPF nº a participar da licitação instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, Chamamento Público n.º 009/2022, na qualidade de Responsável Legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ de 2022.

Assinatura devidamente identificada do
Responsável legal da licitante



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO VI
CAPACIDADE FINANCEIRA
(modelo)

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: Chamamento Público nº. 009/2022

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMOSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo;
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a% do valor estimado da contratação.

Local, _____ de _____ de 2022.

 Representante Legal
 CPF nº



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO VII
RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao Município de Dois Vizinhos
Comissão de Licitações

Referente: Edital de Chamamento Público nº 009/2022

Conforme disposto no edital em epígrafe, relacionamos abaixo os profissionais à disposição para prestação dos serviços objeto desse chamamento:

Profissional	Nome	Especialidade	Nº da inscrição CRM
1			
2			
3			
4			

_____, em _____ em _____ de 2022.

(nome, CPF e assinatura do representante legal)